



**SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI
DEPARTAMENTO REGIONAL DO CEARÁ**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Fortaleza, fevereiro/2016



**SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI
DEPARTAMENTO REGIONAL DO CEARÁ**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como Prestação de Contas Anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, IN TCU nº 72/2013, DN TCU nº 146/2015, DN TCU nº 147/201 e Portaria TCU nº 321/2015.

Fortaleza, fevereiro/2016

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	9
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE	10
2.1. Finalidade e competências	10
2.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	10
2.3. Ambiente de atuação	11
2.4. Organograma.....	13
2.5. Macroprocessos finalísticos	19
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	20
3.1. Planejamento organizacional	20
3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	21
3.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico	22
3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	22
3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	22
3.3. Desempenho orçamentário	23
3.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	23
3.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	23
3.3.3. Execução descentralizada com transferência de recursos.....	23
3.3.4. Informações sobre a realização das receitas	25
3.3.5. Informações sobre a execução das despesas	26
3.4. Desempenho operacional	30
3.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho	31
4. GOVERNANÇA	35
4.1. Descrição das estruturas de governança	35
4.2. Informações sobre dirigentes e colegiados	36
4.3. Atuação da unidade de auditoria interna	36
4.4. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	37
4.5. Gestão de riscos e controles internos	37
4.6. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados.	40
4.7. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	40
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	41
5.1. Canais de acesso do cidadão	41
5.2. Carta de serviços ao cidadão	42
5.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	42

5.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	42
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	43
6.1. Desempenho financeiro no exercício	43
6.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	43
6.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	45
6.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	45
7. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	45
7.1. Gestão de pessoas	45
7.1.1. Estrutura de pessoal da unidade.....	48
7.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal.....	48
7.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	50
7.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura.....	50
7.2.1. Gestão do patrimônio imobiliário da União	50
7.2.2. Informações sobre imóveis locados de terceiros.....	50
7.3. Gestão da tecnologia da informação.....	51
7.3.1. Principais sistemas de informações	51
7.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	53
7.4. Gestão ambiental e sustentabilidade	60
7.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	60
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	60
8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU	60
8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	60
8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	63
8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	63
9. ANEXOS E APÊNDICES	64

LISTA DE QUADROS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

Quadro I – Identificação da Entidade	9
Figura 1 - Organograma do SESI/CE	13
Quadro II - Desdobramento dos Focos Estratégicos	14
Figura 2 - Organograma das Áreas Corporativas do Sistema FIEC	15
Quadro 1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	16
Quadro 2 - Macroprocessos Finalístico	19
Figura 3- Mapa Estratégico do SESI/CE (2014 - 2022)	20
Quadro 3 – Transferências de Recursos a Terceiros	23
Quadro 4 – Demonstração da receita prevista e arrecadada	25
Quadro III – Demonstração de outras receitas correntes previstas e arrecadadas	26
Quadro 5 – Execução das Despesas da Entidade – Exercício 2014	27
Quadro 6 – Execução das Despesas da Entidade – Exercício 2015	28
Quadro 7 – Demonstração das despesas correntes e capital	29
Quadro IV – Demonstração de Investimentos	29
Quadro 8 – Indicadores Institucionais	33
Figura 4 – Estrutura de Governança do SESI/CE	35
Quadro 9 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC	37
Quadro V – Remuneração paga aos dirigentes no período de Janeiro/15 a Dezembro/ 2015	40
Quadro VI – Jetons pagos aos conselheiros do SESI	40
Quadro VII – Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	40
Quadro VIII– Oportunidades de Melhorias	41
Figura 5 – Índice de Satisfação Geral	42
Quadro IX - Contas do Ativo Não circulante	43
Quadro X - Depreciação no Exercício	44
Quadro XI - Quadro Efetivo de Pessoal	46
Quadro XII - Quadro Efetivo de Pessoal – Nível de Escolaridade	46
Figura 6 – Resultado da Avaliação de Desempenho AS – Avaliação Superior	47
Quadro 10 – Força de Trabalho da UPC – Situação apurada em 31/12/2015	48
Quadro 11 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	49
Quadro 12 – Distribuição dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	50
Quadro XIII – Descrição dos principais sistemas de informação	51
Figura 7 – Organograma GETIC	53
Quadro XIV – Empregados efetivos de carreira de TI do SESI CE	54
Quadro XV – Empregados efetivos de outras carreiras da unidade de Tecnologia da Informação	54

Quadro XVI - Empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	55
Quadro XVII - Descrição dos projetos de TI.....	57
Quadro 13 – Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	60
Quadro 14 – Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno - OCI	60

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

Sigla	Identificação
BI	<i>Business Intelligence</i>
CGU	Controladoria Geral da União
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE	Código Nacional de Atividade Econômica
COGEST	Comitê de Gestão do SESI
CRM	<i>Customer Relationship Management</i>
DN	Decisão Normativa
DR	Diretoria Regional
EaD	Educação à Distância
EBEP	Educação Básica e Educação Profissional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ERP Protheus	<i>Enterprise Resource Planning Protheus</i>
FAP/NTEP	Fator Acidentário de Prevenção/Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário
FIEC	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
GCC	<i>Global Corporate Challenge</i>
GECEV	Gerência de Cerimonial e Eventos
GECOD	Gerência de Condomínio
GECOM	Gerência de Comunicação
GEDAF	Gerência Executiva Administrativa Financeira
GEJUR	Gerência Jurídica
GENEX	Gerência Executiva de Negócios
GEPCO	Gerência Executiva de Planejamento e Controle
GERHU	Gerência de Recursos Humanos
GETIC	Gerência de Tecnologia da Informação
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IN	Instrução Normativa
INDI	Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará
MEG	Modelo de Excelência da Gestão
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
NEC	Núcleo de Educação e Cultura
NN	Núcleo de Negócio
NPA	Núcleo de Planejamento e Avaliação
OCI	Órgão de Controle Interno
OMS	Organização Mundial da Saúde
PDCA	<i>Plan Do CheckAct</i>
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PM Canvas	<i>Project ModelCanvas</i>
PMC	Projeto de Melhoria Contínua
RA	Relatório de Auditoria
RG	Relatório de Gestão
SESI	Serviço Social da Indústria
SFIEC	Sistema FIEC
SUGER	Superintendência Geral do Sistema FIEC

Sigla	Identificação
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia de Informação
TR	Termo de Referência
UG	Unidade Gestora
UPC	Unidade Prestadora de Contas
GT	Grupo de Trabalho

1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão está dividido em 8 partes, envolvendo a identificação da Entidade, informações relativas a Visão geral da unidade, Planejamento organizacional, Desempenho orçamentário e operacional, Governança, Relacionamento com a sociedade, Desempenho financeiro e informações contábeis, Áreas especiais da gestão, Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle.

As principais realizações da gestão no exercício de 2015 e as principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos estão descritas no item 3 deste relatório.

Todo o Relatório de Gestão foi estruturado levando-se em consideração a Instrução Normativa TCU N° 63/2010, Decisões Normativas TCU N° 146/2015, Decisão Normativa N° 147/2015 e Portaria TCU N° 321/2015. As ações de destaque do SESI/CE estão descritas no item 3 Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional, contendo as principais ações e estratégias realizadas na gestão, juntamente com as análises das ações prioritárias e fatores facilitadores ou dificuldades relacionadas ao atendimento dos Objetivos Estratégicos da entidade e Direcionadores Estratégicos do Sistema Indústria.

Quadro I – Identificação da Entidade

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS			
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: SESI – Serviço Social da Indústria – Departamento Regional do Ceará			
Denominação Abreviada: SESI/CE			
Código SIAFI: Não aplicável			
Natureza Jurídica: Serviço Social Autônomo		CNPJ: 03.804.327/0001-04	
Principal Atividade: Outras atividades de ensino			Código CNAE: 8599699
Telefones/Fax de contato:	(085) 3421-5800	(085) 3421-5902	(085) 3421.5907
Endereço Eletrônico: caribeiro@sfiec.org.br			
Página na Internet: http://www.sfiec.org.br/sesi			
Endereço Postal: Avenida Barão de Studart, 1980 – 1º andar, CEP: 60.120-901, Fortaleza, Ceará – FIEC			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto-lei número 9.403 de 25 de junho de 1946, cria o Serviço Social da Indústria (SESI) com o encargo de estudar, planejar e executar medidas que contribuam, diretamente, para o bem-estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto número 57.375 de 2 de dezembro de 1965 publicado no Diário Oficial da União (DOU) do dia 03 de dezembro de 1965, que aprova o Regulamento do Serviço Social da Indústria (SESI), atualizado pelo Decreto nº 6.637, de 5 de novembro de 2008.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Orientações para Plano de Ação 2015 SESI/SENAI/IEL; Mapa Estratégico do SESI/CE 2014 – 2022; Regulamento de Licitação e Contratos do SESI; Regimento Interno do Conselho Regional do Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Ceará (2011).			

Fonte: Núcleo de Planejamento e Avaliação

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE

2.1. Finalidade e competências

O Serviço Social da Indústria tem como finalidade estudar, planejar e executar iniciativas em prol da melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores da indústria e atividades semelhantes, bem como de seus dependentes, colaborando com a melhoria do padrão de vida no país. Conforme Art. 1º do Regulamento do Serviço Social da Indústria, a organização tem ainda como meta o desenvolvimento do espírito de solidariedade e a elevação da produtividade industrial e atividades semelhantes. Apresenta como principais objetivos: a alfabetização do trabalhador e seus dependentes, educação de base, educação para a economia, educação para a saúde (física, mental e emocional), educação familiar, educação moral e cívica e educação comunitária, de acordo com o Art. 5º de seu Regulamento.

A entidade vincula parte do seu orçamento geral à educação e à gratuidade, conforme Decreto nº 6.637, de novembro de 2008, desta forma ampliou assim a oferta de ensino gratuito e de qualidade para o trabalhador e seus dependentes.

Com mais de 60 anos de atuação no cenário cearense, o SESI/CE desenvolveu uma marca sólida, metodologia de prestação de serviços diferenciada e forte vínculo com a indústria, características fundamentais para atendimento às finalidades apresentadas.

O SESI/CE, desde 2014, adotou como missão “Contribuir para o aumento da produtividade do trabalhador e para o incremento da competitividade da indústria do Estado do Ceará, por meio de soluções em educação e qualidade de vida” e como visão de futuro “Ser referência no Estado do Ceará no fornecimento de soluções integradas de educação e qualidade de vida para o trabalhador, assegurando sua sustentabilidade com excelência de atuação reconhecida pela indústria.

A síntese das realizações da organização e análise de suas principais ações estão descritas no item 3.

2.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

O Serviço Social da Indústria (SESI) foi criado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a 1º de julho de 1946, consoante o Decreto-lei nº 9.403, de 25 de junho do mesmo ano, conforme consta no Regulamento da entidade, aprovado pelo Decreto nº 57.375, de 2 de dezembro de 1965.

As ações do SESI abrangem como foco o trabalhador da indústria, dos transportes, das comunicações e da pesca e seus dependentes com exceção dos transportes Aquaviário (Lei nº 5.461, de 25 de junho de 1968), Aeroviário (Decreto-lei nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974) e Rodoviário (Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993).

Os Decretos-Lei nº 4.048 de 22 de janeiro de 1942, nº 4.936 de 07 de novembro de 1942, nº 6.246 de 05 de fevereiro de 1944, e nº 9.403 de 25 de junho de 1946 estabelecem que são contribuintes do SESI as empresas do setor industrial, as de transportes ferroviário e dutoviário, as de comunicações (exceto rádio e televisão) e as de pesca, que se vinculam, por força do art. 577 da CLT, à CNI.¹

Conforme Art. 11 da Lei nº 2.613 de 23 de setembro de 1955 a organização é obrigada a elaborar anualmente um orçamento geral, cuja aprovação cabe ao Presidente da República.

Para realização de suas atividades o Departamento Regional do Ceará conta com órgãos normativos e de administração nos âmbitos nacional e regional, sendo os de natureza colegiada: Conselho Nacional, com jurisdição nacional e Conselho Regional, com jurisdição em sua base regional. O órgão nacional de administração corresponde ao Departamento Nacional do SESI.

¹ Confederação Nacional da Indústria. Manual de orientação ao contribuinte da indústria. – Brasília, 2008.

Os atos constitutivos da entidade encontram-se arquivados e registrados no 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Jurídicas, localizado em Brasília-DF e suas eventuais alterações no registro público competente.

A partir de 2009, conforme Decreto nº 6.637, de 05 de novembro de 2008, o SESI passou a vincular parcela crescente de sua Receita Compulsória a Educação e à Gratuidade em Ações Educativas no geral.

2.3. Ambiente de atuação

Os setores econômicos atendidos em 2015 pelo SESI/CE estão relacionados abaixo conforme classificação do Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE)².

- Administração pública, defesa e seguridade social
- Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas
- Agricultura, pecuária e serviços relacionados
- Alimentação
- Alojamento
- Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis não-financeiros
- Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes
- Atividades artísticas, criativas e de espetáculos
- Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão, gravação de som e edição de música
- Atividades de atenção à saúde humana
- Atividades de organizações associativas
- Atividades de prestação de serviços de informação
- Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial
- Atividades de serviços financeiros
- Atividades de vigilância, segurança e investigação
- Atividades dos serviços de tecnologia da informação
- Atividades esportivas e de recreação e lazer
- Atividades imobiliárias
- Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria
- Captação, tratamento e distribuição de água
- Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais
- Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas
- Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas
- Comércio varejista

² Fonte: CRM – Sistema FIEC (Setores econômicos atendidos em 2015; Acessado em 18/02/2016).

- Confeção de artigos do vestuário e acessórios
- Construção de edifícios
- Correio e outras atividades de entrega
- Edição e edição integrada à impressão
- Educação
- Eletricidade, gás e outras utilidades
- Extração de minerais não-metálicos
- Fabricação de bebidas
- Fabricação de celulose, papel e produtos de papel
- Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis
- Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos
- Fabricação de máquinas e equipamentos
- Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos
- Fabricação de móveis
- Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores
- Fabricação de produtos alimentícios
- Fabricação de produtos de borracha e de material plástico
- Fabricação de produtos de madeira
- Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos
- Fabricação de produtos de minerais não-metálicos
- Fabricação de produtos diversos
- Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos
- Fabricação de produtos químicos
- Fabricação de produtos têxteis
- Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias
- Impressão e reprodução de gravações
- Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos
- Metalurgia
- Obras de infra-estrutura
- Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados
- Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos
- Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra
- Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas

- Serviços de assistência social sem alojamento
- Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas
- Serviços especializados para construção
- Serviços para edifícios e atividades paisagísticas
- Telecomunicações
- Transporte terrestre

2.4. Organograma

A estrutura organizacional do SESI/CE, item componente do atual Modelo de Gestão da entidade, foi validada junto ao seu Conselho Regional conforme Resolução nº 06/2013. Desta forma, a estrutura é composta pelas instâncias estatutárias previstas (Conselho Regional, Direção Regional e Superintendência Regional), bem como os Ambientes: Estratégico, Apoio ao Negócio, Negócio e Áreas Corporativas. A referida estrutura pode ser apresentada conforme a figura a seguir.

Figura 1 - Organograma do SESI/CE



Fonte: Núcleo de Planejamento e Avaliação.

Para garantir atuação de forma eficiente e em adequação aos focos estratégicos do Sistema Indústria relacionados ao SESI (Educação, Qualidade de Vida e Desempenho do Sistema), o SESI/CE desdobrou os referidos focos em seu Ambiente de Apoio ao Negócio (Núcleo de Educação e Cultura e Núcleo de Qualidade de Vida), Ambiente Estratégico (NPA) e Áreas Corporativas, conforme quadro a seguir:

Quadro II - Desdobramento dos Focos Estratégicos

Focos Estratégicos	Áreas de Atuação
Educação	Educação e Cultura
Qualidade de Vida	Saúde e Segurança no Trabalho e Vida Saudável
Desempenho do Sistema	Instâncias Estatutárias, Áreas Corporativas, Ambiente Estratégico.

Fonte: Orientações para a Elaboração dos Planos de Ação 2015 (CNI)

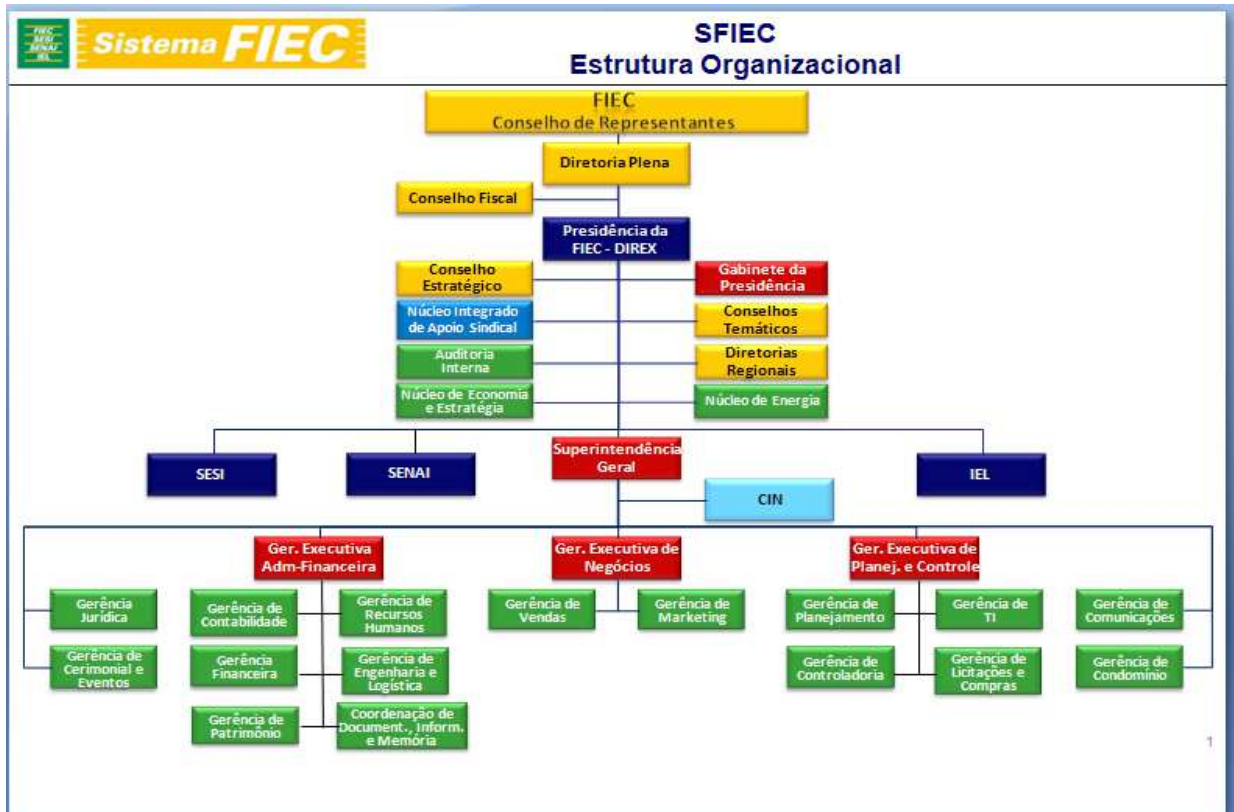
Para a gestão dos focos estratégicos, a arquitetura do Departamento Regional do Ceará divide-se em três ambientes de atuação, vinculados às instâncias estatutárias: **Ambiente Estratégico, Ambiente Apoio ao Negócio e Ambiente de Negócio.**

O **Ambiente de Negócios** é composto por 8 (oito) NNs que assumem a responsabilidade pela prestação de serviços para todo o mercado de atuação do SESI/CE. São responsáveis pelos processos finalísticos da organização e pelo adequado atendimento aos clientes. Trabalham com foco em resultados, funcionam com base em um modelo operacional descentralizado, contam com apoio técnico dos Núcleos de Apoio ao Negócio e apoio logístico das áreas corporativas do SFIEC. Atuam com base em metas, atividades e ações específicas compatíveis com o Planejamento Estratégico. Os Núcleos de Negócio do SESI/CE são:

- Núcleo de Negócios SESI Barra do Ceará;
- Núcleo de Negócios SESI Parangaba;
- Núcleo SESI de Referência em Saúde – Jorge Parente Frota Junior;
- Núcleo de Negócios SESI Maracanaú (Albano Franco e Clube da Parceria);
- Núcleo de Negócios SESI/SENAI de Desenvolvimento do Trabalhador NISSDT - Horizonte;
- Centro Integrado SESI/SENAI Sobral;
- Núcleo de Negócios SESI Juazeiro do Norte;
- Núcleo de Negócios Museu da Indústria.

As **Áreas Corporativas** do sistema FIEC compreendem ao conjunto de unidades que prestam suporte à execução dos serviços do SESI/CE, e também atendem todas as demais entidades do Sistema. Seus processos são desdobrados até os NNs, possuindo áreas representantes que executam atividades alinhadas às diretrizes estabelecidas corporativamente, dispostos conforme figura a seguir:

Figura 2 - Organograma das Áreas Corporativas do Sistema FIEC



Fonte: Superintendência Geral do Sistema FIEC.

Segue a seguir as informações referentes às principais áreas que integram a estrutura do SESE e áreas corporativas do Sistema FIEC.

Quadro 1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Superintendência Geral do Sistema FIEC	Contribuir para o alcance da visão sistêmica, necessária à integração e complementaridade de ações das entidades do SFIEC; Exercer funções de alinhamento e coordenação sobre as entidades componentes do SFIEC, na busca pelo aperfeiçoamento organizacional e administrativo do Sistema; Articular e coordenar os trabalhos relativos ao Planejamento Estratégico das entidades do SFIEC e de suas Áreas Corporativas, monitorando o funcionamento da estrutura sob sua subordinação, no que respeita ao cumprimento da estratégia e dos planos de ação; Dar apoio técnico e operacional às Diretorias Administrativa e Financeira da FIEC, inclusive articulando-se com os Sindicatos filiados e as Diretorias Regionais da Federação; Colaborar na execução dos trabalhos do Gabinete da Presidência.	Maria de Fátima Viana Carreiro de Santana	Superintendente Geral do Sistema FIEC	01/01/2015 a 31/12/2015
Gerência Executiva Administrativa Financeira	Operacionalizar as decisões e fazer cumprir as deliberações, em termos executivos, dos Órgãos Superiores (Conselho de Representantes da FIEC, Conselhos Regionais do SESI e SENAI e Conselho Deliberativo do IEL-CE), utilizando-se da estrutura do Sistema FIEC; Deliberar, em seu nível de competência, orientando e monitorando o funcionamento da estrutura do Sistema FIEC, no cumprimento da estratégia e dos planos de ação; Responsabilizar-se pelo planejamento e gestão da referida Gerência Executiva e das estratégias relativas a recursos financeiros e administrativos, cuja execução está a cargo das seguintes Gerências Operacionais: Gerência de Contabilidade e Fiscal (GECOF), Gerência de Engenharia e Logística (GELOG), Gerência Financeira (GEFIN), Gerência de Patrimônio (GEPAT), Gerência de Recursos Humanos (GERHU) e Centro de Documentação, Informação e Memória (CDIM).	Márcia Virgínia de Almeida Zanotelli	Gerente Executiva Administrativa Financeira	01/01/2015 a 31/12/2015
Gerência Executiva de Negócios	Operacionalizar as decisões e fazer cumprir as deliberações, em termos executivos, dos Órgãos Superiores (Conselho de Representantes da FIEC, Conselhos Regionais do SESI e SENAI e Conselho Deliberativo do IEL-CE), utilizando-se da estrutura do Sistema FIEC; Deliberar, em seu nível de competência, orientando e monitorando o funcionamento da estrutura do Sistema FIEC, no cumprimento da estratégia e dos planos de ação; Responsabilizar-se pelo planejamento e gestão da referida Gerência Executiva e pelas políticas e estratégias comerciais, incluindo a expansão da base de clientes e a elevação da receita financeira e da margem de contribuição do portfólio de produtos das entidades do Sistema FIEC, tendo como executores a Gerência de Marketing (GEMAR) e a Gerência de Vendas (GEVEN).	Eduardo José Salsa de Barros Cavalcanti	Gerente Executivo de Negócios	01/09/2015 a 31/12/2015
Gerência Executiva de Planejamento e Controle	Operacionalizar as decisões e fazer cumprir as deliberações, em termos executivos, dos Órgãos Superiores (Conselho de Representantes da FIEC, Conselhos Regionais do SESI e SENAI e Conselho Deliberativo do IEL-CE), utilizando-se da estrutura do Sistema FIEC; Deliberar, em seu nível de competência, orientando e monitorando o funcionamento da estrutura do Sistema FIEC, no cumprimento da estratégia e dos planos de ação; Responsabilizar-se pelo planejamento e gestão da referida Gerência Executiva e pelo alinhamento do planejamento estratégico do SESI-CE, SENAI-CE e IEL-CE às diretrizes do planejamento estratégico da FIEC; Responsabilizar-se pelo planejamento e orçamento corporativo, pelas atividades de controle interno e pela disponibilização de infraestrutura e sistemas de informação e comunicação às entidades do Sistema FIEC, executando essas atividades por meio das seguintes Gerências Operacionais: Gerência de Controladoria (GECOT), Gerência de Planejamento (GEPLA) e Gerência de Tecnologia da Informação	Maria Victoria Huerta Bouzas	Gerente Executiva de Planejamento e Controle	20/01/2015 a 31/12/2015

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	(GETIC).			
Gerência Jurídica	Elaborar e acompanhar a execução dos atos e instrumentos jurídicos necessários ao funcionamento das entidades do Sistema FIEC, de forma a garantir a segurança jurídica da Entidade; Acompanhar o andamento dos processos administrativos e judiciais que tenham como parte quaisquer entidades do Sistema FIEC; Representar as entidades do Sistema FIEC em juízo, nas Justiças Federal, do Trabalho e Estadual, e, administrativamente, nos diversos âmbitos do Poder Judiciário; Confeccionar, analisar e acompanhar instrumentos contratuais, como contratos, convênios, protocolos de intenções, termos de compromissos, etc, além de elaborar portarias, procurações, resoluções, regimentos, estatutos e outros documentos; Apoiar os processos licitatórios; Processar os pedidos de certidões de regularidade de funcionamento, inexistência de similaridade, pioneirismo, exclusividade e declaração da quitação da contribuição sindical patronal; Planejar e gerir a atuação da Gerência para o período estipulado.	Juliana Guimarães de Oliveira	Gerente Jurídica	01/03/2015 a 31/12/2015
Gerência de Cerimonial e Eventos	Planejar, executar ou apoiar a realização de eventos, no âmbito das entidades do Sistema FIEC, sindicatos ou de terceiros, caso seja solicitada; Acompanhar o Presidente da FIEC ou seu representante em visitas, recepções e solenidades de que participe interna ou externamente, assessorando-o com informações e procedimentos sobre o evento; Administrar o uso e os agendamentos dos diversos espaços de eventos da Casa da Indústria; Administrar o cadastro de destinatários de correspondências da FIEC; Realizar suporte técnico na operacionalização e divulgação de eventos internos e externos; Planejar e gerir a atuação da Gerência para o período estipulado.	Alciléa Vieira Lima Araújo	Gerente de Cerimonial e Eventos	01/01/2015 a 31/12/2015
Gerência de Comunicação	Elaborar estratégias e planos de comunicação institucional interna e externa, bem como plano de relações públicas, e executar os serviços de comunicação; Assessorar as relações das entidades do Sistema FIEC com a mídia e os órgãos de imprensa; Planejar e coordenar as atividades de comunicação entre as entidades do Sistema FIEC; Atuar no sentido de melhorar as relações entre a organização e seus funcionários, fornecedores, clientes e as comunidades nas quais a Entidade está inserida; Estabelecer plano de ação para administração de conflitos envolvendo a imagem institucional, marcas, produtos, serviços e pessoas/empresas envolvidas com os negócios das entidades do Sistema FIEC; Planejar e gerir a atuação da Gerência para o período estipulado, responsabilizando-se, inclusive, pela atuação e gestão dos colaboradores da própria área, ao longo do período.	Ana Maria Rego Xavier	Gerente de Comunicação	01/10/2015 a 31/12/2015
Gerência de Condomínio	Disciplinar as ações da gestão do Condomínio, no tocante a: higienização de dependências internas e contíguas externas; manutenção e conservação de elevadores, sistema de ar condicionado, geradores de energia elétrica, sistema de prevenção e combate a incêndios, sistema de sonorização, rede de energia elétrica, rede hidroelétrica e áreas verdes; Administrar as portarias e manter em perfeito funcionamento os sistemas de câmaras, para o registro da entrada e saída de pessoas; Facilitar a organização de eventos realizados nas dependências do prédio; Manter atualizados, sob orientação da Gerência Jurídica, as escrituras e registros de bens imóveis que constituem propriedade do Condomínio Casa da Indústria; Preparar, até o mês de fevereiro de cada exercício, a Prestação de Contas Anual, contendo as seguintes peças contábeis: Balanço Patrimonial Comparado, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações	Maria Necilde Pinheiro	Administradora do Condomínio	01/01/2015 a 31/12/2015

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	Patrimoniais, Conciliação Bancária e Demonstração das Cotas pagas pelos condôminos; Planejar e gerir a atuação da Gerência para o período estipulado.			
Núcleo de Planejamento e Avaliação	Responsável pela condução do processo de planejamento estratégico e seu desdobramento em planos de ação e orçamento, compostos por metas e projetos alinhados à estratégia, monitoramento, avaliação e controle de resultados gerenciais e implementação de programas e projetos corporativos de melhoria da gestão em sintonia com as diretrizes da Superintendência, do Sistema FIEC e Sistema Indústria.	Lucy Barbosa Alves	Gerente do Núcleo de Planejamento e Avaliação	01/01/2015 a 31/12/2015
Núcleo de Educação e Cultura	Responsável por apoiar tecnicamente os Núcleos de Negócios (NN) na execução dos serviços de Educação e Cultura da organização. Também são responsáveis por gerir conhecimentos, métodos e tecnologias necessários à execução de projetos e processos relacionados ao seu segmento de negócio, priorizando uma atuação integrada que promova o desenvolvimento conjunto dos diversos produtos e serviços da organização.	Sônia Maria Gomes Parente	Gerente do Núcleo de Educação e Cultura	01/01/2015 a 31/12/2015
Núcleo de Qualidade de Vida	Responsável por apoiar tecnicamente os Núcleos de Negócios (NN) na execução dos serviços de Qualidade de Vida da organização. Também são responsáveis por gerir conhecimentos, métodos e tecnologias necessários à execução de projetos e processos relacionados ao seu segmento de negócio, priorizando uma atuação integrada que promova o desenvolvimento conjunto dos diversos produtos e serviços da organização.	Kassandra Maria Araujo Morais.	Gerente do Núcleo de Qualidade de Vida.	01/01/2015 a 31/12/2015

Fonte: Núcleo de Planejamento e Avaliação, Gerência de Recursos Humanos e Superintendência Geral do Sistema FIEC

2.5. Macroprocessos finalísticos

- Educação e Cultura

Em 2015, a área de Educação e Cultura conduziu seus produtos e serviços mantendo parcerias com 100 indústrias, mediante contratos de cooperação para atender a Educação Básica/EJA e para atender os trabalhadores nos cursos da Educação Continuada. Vale ressaltar que para a difusão do conhecimento e enriquecimento do capital cultural dos trabalhadores, a Área disponibilizou 92.061 acervos nas 03 Bibliotecas Fixas, 166 Bibliotecas Itinerantes do Trabalhador, nas 05 Unidades SESI Indústrias do Conhecimento e nas 07 Unidades Móveis de Educação e de Inclusão Digital; promoveu a mobilização de 25.950 trabalhadores para adesão e inscrição de seus filhos na seleção do Ensino Médio/EBEP, realizando matrículas de 100% da meta para esse programa (240 alunos em 6 turmas). A Área de Educação também fomentou junto à Gerência de Vendas/SFIEC o processo de venda do serviço Educação Continuada, alcançando o percentual de 13% da meta projetada. Todas as implementações transcorreram alinhadas ao Plano de Formação dos Profissionais, garantindo a participação destes nos cursos de Libras, de Formação no LMS – Solução em EaD, de Planilhas Eletrônicas, no Seminário - Avaliação de Impacto e no VI Congresso Internacional de Avaliação Educacional.

- Qualidade de Vida

Para atingir o objetivo estratégico do SESI-CE - Contribuir de modo efetivo para um ambiente seguro e saudável na indústria, o Núcleo Qualidade de Vida concentrou esforços em soluções para a redução de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, serviços de prevenção e estilo de vida saudável e apoiar a indústria na melhora do ambiente de trabalho e na motivação do trabalhador para desempenho das atividades laborais. Com isso, sua atuação foi fortemente nos serviços de Programas Legais de SST, Auxílio Diagnóstico, Ginástica na Empresa e SESI Corporativo, porém com a crise que o Brasil vem sofrendo e que impactou diretamente a indústria, teve como consequência a elevação das demissões e a redução de custos, que resultou no menor consumo dos serviços do SESI pela indústria.

Quadro 2 - Macroprocessos Finalístico

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Educação e Cultura	Consiste em Educação Básica e Continuada e Ações Culturais	Educação de Jovens e Adultos; Cursos em Educação Continuada; Eventos Educativos Biblioteca Escolar; Indústria do Conhecimento; Bibliotecas Itinerantes e Eventos Culturais.	Indústrias, Trabalhadores das Indústrias e seus Dependentes	Núcleos de Negócios do SESI CE
Qualidade de Vida	Consiste em Saúde e Segurança do Trabalho e Vida Saudável	Programas Legais de Saúde e Segurança do Trabalho; Diagnóstico de Prevenção de Quedas; Medicina do Trabalho; Avaliações Ambientais; Laudos Técnicos; Atendimento Ambulatorial; Serviços em Odontologia Auxílio Diagnóstico; Vacinação; SESI Ginástica na Empresa; SESI Corporativo Circuito do bem-estar; Gestão de eventos Jogos do SESI; Formação Esportiva, Eventos Esportivos; Programa SESI Atleta do Futuro; Atividades Físicas; Eventos Sociais; Assessoria e Consultoria em Responsabilidade Social e Programa Cozinha Brasil.	Indústrias, Trabalhadores das Indústrias e seus Dependentes	Núcleos de Negócios do SESI CE

Fonte: Núcleo de Qualidade de Vida e Núcleo de Educação e Cultura

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1. Planejamento organizacional

O planejamento estratégico do SESI/CE foi formulado em 2014 em conformidade ao Regulamento do Serviço Social da Indústria e aos fundamentos do Modelo de Excelência da Gestão (MEG[®])³.

É válido salientar que o Plano Estratégico 2014-2022 do SESI/CE e as decisões decorrentes deste guardam o devido alinhamento aos Direcionadores Estratégicos do Sistema Indústria e pode ser resumido em seus elementos essenciais (Missão, Visão, Política da Qualidade e Objetivos Estratégicos) conforme apresentado na figura a seguir.

Figura 3- Mapa Estratégico do SESI/CE (2014 - 2022)



Fonte: Planejamento Estratégico do SESI/CE 2014 – 2022

O processo de planejamento estratégico é conduzido por comitê de profissionais da organização com conhecimento e experiência na área e apoio de consultoria especializada. As decisões relacionadas ao posicionamento estratégico da organização e demais componentes do processo foram tomadas envolvendo a alta e média gestão da organização em encontros técnicos. As saídas deste trabalho são utilizadas para nortear o desenvolvimento dos planos de ação e orçamento anuais da organização.

Para estruturação de suas ações, o SESI/CE teve como referência o documento nacional Orientações para Elaboração dos Planos de Ação e Orçamento 2015 que divide as grandes linhas de ação da organização em Focos Estratégicos, dentre os quais, os relacionados ao SESI são:

- **Foco Estratégico Educação:** Agrupa as iniciativas de educação e cultura do Departamento Regional como a educação básica para jovens e adultos da indústria, cursos de educação continuada e ações educativas das áreas de educação e cultura. O foco contempla ainda projetos de aquisição de material bibliográfico a fim de promover o

³ Modelo desenvolvido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) que engloba fundamentos adotados em melhores práticas de empresas de excelência mundial.

acesso deste público à cultura, construção de bibliotecas do Programa Indústria do Conhecimento, Programa Vira-Vida, dentre outras iniciativas.

- **Foco Estratégico Qualidade de Vida:** Abrigam os serviços de saúde e segurança do trabalho, ações educativas vinculadas ao tema Qualidade de Vida e ações de promoção da saúde e estilo de vida saudável para a indústria e seus trabalhadores. O foco também consolida investimentos relacionados à adequação física de unidades de atendimento que tem abrangência com o negócio Saúde, englobando os serviços Saúde e Segurança do Trabalho às atividades esportivas. O Foco concentra as iniciativas como Ação Global, Campanha de Vacinação, SESI Atleta do Futuro, dentre outras.
- **Foco Estratégico Desempenho do Sistema:** Corresponde a ações relacionadas ao desempenho do sistema tendo como principais ações iniciativas de planejamento, orçamento, gestão e mercado. Este foco abrange o conjunto de iniciativas e processos de gestão e apoio da organização concentrados nas áreas corporativas do Sistema FIEC, Diretoria e Superintendência Regional.

Os direcionadores estratégicos do Sistema Indústria de cada Foco descrito anteriormente com impacto no SESI balizam o planejamento regional, conforme descrito abaixo:

- Ampliar substancialmente o atendimento à demanda da indústria por mão de obra qualificada;
- Preparar o jovem para o mundo do trabalho e reforçar sua formação básica;
- Desenvolver as habilidades básicas dos trabalhadores da indústria;
- Atuar na redução dos afastamentos do trabalhador da indústria;
- Organizar e intensificar relacionamentos diretos e continuados com os públicos de interesse;
- Aprimorar o modelo de gestão para garantir foco na atuação, ampliar a eficiência, a celeridade dos processos de decisão e controle e a interação com as lideranças empresariais.

3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

Para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira do SESI foi realizada a centralização da gestão da Educação de Jovens e Adultos em Fortaleza, com a unificação do atendimento no Núcleo de Negócio SESI Parangaba, reorganização da carga horária dos profissionais da educação e a reestruturação do quadro de pessoal. Tendo em vista o cumprimento dos objetivos estratégicos de educação durante o ano de 2015 foram investidos mais de R\$ 900.000,00 em reforma, aquisição de mobiliário e equipamentos para implantação da Escola SESI para o Mundo do Trabalho.

Em Qualidade de Vida, foram reformadas as Unidades Móveis para melhoria do atendimento *in company*, e realizadas capacitações de alto nível com as equipes técnicas dos Núcleos de Negócios sobre os temas: As cinco chaves da OMS para um ambiente de trabalho saudável, PM Canvas, Gestão do Absenteísmo e FAP/NTEP, Gestão de Projetos e Conceitos Básicos de Ergonomia - a fim de desenvolver novas competências nos colaboradores técnicos em SST visando atuar com profissionais existentes no quadro na realização de outros serviços de maior valor agregado para a indústria.

Para cumprimento dos objetivos estratégicos foi realizada uma campanha publicitária nas mídias de TV e rádio com foco em fortalecer a imagem institucional do SESI e comunicar as soluções ofertadas de educação e qualidade de vida. A despesa de pessoal e encargos reduziu 11% em relação ao ano de 2014, que em números absolutos representou uma redução de R\$ 6.594.950,61. Foi realizado em 2015 o projeto de gestão de portfólio, onde foram elencados para descontinuidade os serviços como baixa aderência a demanda da indústria e baixa sustentabilidade financeira. Além disso, foram desenhados os macroprocessos para criação de novos serviços. Foram investidos R\$ 4.732.599,20 em melhoria da infraestrutura física e tecnológica no ano de 2015, desde reformas de manutenções de bens móveis e imóveis a aquisição de equipamentos médicos para melhoria da qualidade da prestação dos serviços. Também foram aprimorados os macroprocessos de patrimônio, estoque, compras, financeiro por meio do Projeto de Melhoria Contínua, envolvendo refinamento de procedimentos e sistemas. O levantamento de informações junto ao cliente foi aprimorado, como consequência obteve-se aumento da interação entre agentes de vendas, área administrativa e áreas técnicas. Como estratégia de divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados é utilizada a Intranet e também são realizadas reuniões de gestão com objetivo de melhoria contínua e divulgação dos resultados alcançados conforme descrito detalhadamente no item 3.2

3.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

Os avanços observados no exercício de 2015 quanto à implementação do planejamento estratégico estão descritos no item 3.1.1.

3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A vinculação e o alinhamento dos planos anual e estratégico do SESI-CE com as competências institucionais, o Plano Estratégico do Sistema Indústria e Plano Estratégico do Sistema FIEC estão descritos no item 3.1

3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

São realizadas trimestralmente as Reuniões de Análise Crítica, conduzidas pelos Gerentes de Núcleos de Negócios, para avaliar os resultados dos indicadores de produção, estratégicos e definir as medidas corretivas ou preventivas no caso do não atingimento de metas ou tendência insatisfatória de desempenho. Para complementar a pauta das reuniões de análise crítica, são abordados os temas: informes estratégicos, realimentação de clientes, resultados de auditorias internas da qualidade, recomendações para melhoria, desempenho do processo e conformidade de produto e ações corretivas e preventivas.

Para monitoramento da execução do Plano de Ação do ano vigente e seu devido alinhamento ao Planejamento Estratégico, são realizadas reuniões do Comitê de Gestão do SESI (COGEST) com o objetivo de avaliar e tomar decisões de nível tático e operacional frente ao desempenho do SESI/CE, tendo como parâmetro seu Plano de Ação e Orçamento Anual. A Reunião também trata outros assuntos essenciais à gestão da organização como o cumprimento da gratuidade em educação (Decreto 6.637).

O comitê de gestão do SESI é composto por gerentes de núcleos de negócios, superintendência, gerente de qualidade de vida, gerente de educação e cultura, gerentes de áreas corporativas e gerente do núcleo de planejamento e avaliação.

Nas reuniões do COGEST, o desempenho global do SESI/CE é analisado com proposição de ações de melhoria e tomada de decisão para revisão de ações não conformes.

Como forma de divulgação e acompanhamento do desempenho orçamentário, é enviado mensalmente mediante e-mail marketing o instrumento “Boletim Orçamentário” que comunica os resultados de realização em comparação à previsão das principais contas orçamentárias da organização.

3.3. Desempenho orçamentário

O desempenho orçamentário do exercício de 2015 do SESI/CE encontra-se detalhado em suas principais rubricas nos itens posteriores.

3.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Não aplicável à natureza jurídica da Unidade Prestadora de Contas.

3.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

A dotação orçamentária do SESI/CE para o ano de 2015 obteve uma realização de receitas quase em sua totalidade (99,92%) do que havia previsto para o referido ano. As oscilações que ocorreram foram compensadas entre as Receitas de Serviços e as Receitas Patrimoniais.

No tocante a realização de receitas de serviços, obteve-se uma realização menor do que o previsto (-17,18%) decorrente das particularidades que a economia brasileira vem apresentando com estagnação no crescimento econômico, tendo em vista à tendência do mercado, contribuiu para essa redução do orçamento previsto. No entanto, para a composição do realizado total, houve uma compensação com o aumento incremental (206,59%) no orçamento previsto de receita patrimonial.

No que concernem as despesas, houve uma redução (-10,89%) nas despesas totais em relação ao ano de 2014, parte dessa redução está atrelada a redução das despesas de serviços de terceiros que têm relação direta com a realização de negócios, concomitante a diminuição de receitas de serviços.

3.3.3. Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 3 – Transferências de Recursos a Terceiros

Valores em R\$ 1,00

Favorecido	CNPJ	Valor	Data do Registro da Despesa	Tipo de Transferência
COOPERCON/CE COOPERATIVA DA CONSTRUCAO C	01.791.130/0001-52	10.000,00	04/03/2015	Patrocínio
SINDIVERDE SIND EMP RECIC RESID SOLIDOS	02.754.037/0001-30	100.800,00	13/04/2015	Patrocínio
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL	07.375.512/0001-81	2.550,00	13/05/2015	Patrocínio
SINDIVERDE SIND EMP RECIC RESID SOLIDOS	02.754.037/0001-30	100.000,00	02/06/2015	Patrocínio
SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MARMORES E G	69.727.469/0001-23	150.000,00	23/06/2015	Patrocínio
SIND INDS QUIMICAS FARM E DA DEST E REF	11.334.513/0001-55	64.695,00	23/06/2015	Patrocínio

Favorecido	CNPJ	Valor	Data do Registro da Despesa	Tipo de Transferência
RENATA DE SOUZA LEO FROTA	539.516.893-15	6.200,00	23/06/2015	Patrocínio
SIND INDS QUIMICAS FARM E DA DEST E REF	11.334.513/0001-55	22.200,00	25/06/2015	Patrocínio
FUND EDUC CULT E ART ELEAZER DE CARVALHO	66.054.651/0001-72	75.000,00	25/06/2015	Patrocínio
INSTITUTO DO CEARA, HISTORICO GEOGRAFICO	07.369.960/0001-72	20.000,00	27/07/2015	Patrocínio
SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ENERGIA E DE	06.001.761/0001-44	41.760,00	27/07/2015	Patrocínio
SINDIVERDE SIND EMP RECIC RESID SOLIDOS	02.754.037/0001-30	4.000,00	29/07/2015	Patrocínio
ANA CLARA BORGES PINHEIRO	13.710.650/0001-72	10.000,00	19/08/2015	Patrocínio
FUNDACAO DEMOCRITO ROCHA	07.663.719/0001-51	25.000,00	24/08/2015	Patrocínio
SIND DA IND DE FIACAO E TECELAGEM EM GER	07.340.896/0001-05	32.000,00	28/08/2015	Patrocínio
SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE SORVETES DO	07.493.808/0001-05	30.000,00	31/08/2015	Patrocínio
SINDUSCON	07.341.019/0001-40	160.000,00	31/08/2015	Patrocínio
FUNDACAO DEMOCRITO ROCHA	07.663.719/0001-51	24.500,00	14/09/2015	Patrocínio
FUNDACAO DEMOCRITO ROCHA	07.663.719/0001-51	25.000,00	14/09/2015	Patrocínio
JOSE FILIPE PAIVA DA SILVA EPP	10.748.720/0001-93	5.250,00	17/09/2015	Patrocínio
CREA - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA,	07.135.601/0001-50	50.000,00	24/09/2015	Patrocínio
ESCOLA DE DANCA E INT SOCIAL EDISCA	69.697.662/0001-69	8.500,00	06/10/2015	Patrocínio
AJE-ASS.DOS JOVENS EMPRESARIOS	35.065.192/0001-07	7.500,00	14/10/2015	Patrocínio
PPE PROMOCOES E EVENTOS LTDA	02.685.799/0001-22	5.000,00	14/10/2015	Patrocínio
FOTOARTE BANCO DE IMAGENS LTDA ME	09.300.266/0001-24	14.000,00	20/10/2015	Patrocínio
INSTITUTO EUVALDO LODI DO ESTADO DO CEARÁ	07.084.577/0001-78	195.000,00	28/10/2015	Patrocínio
INSTITUTO DA PRIMEIRA INFANCIA	11.088.218/0001-66	5.000,00	05/11/2015	Patrocínio
ESCOLA DE DANCA E INT SOCIAL EDISCA	69.697.662/0001-69	8.500,00	16/11/2015	Patrocínio
SIND INDS QUIMICAS FARM E DA DEST E REF	11.334.513/0001-55	20.000,00	20/11/2015	Patrocínio
SINDICATO DA INDÚSTRIA GRAFICA DO ESTADO	07.346.372/0001-13	14.000,00	23/11/2015	Patrocínio

Favorecido	CNPJ	Valor	Data do Registro da Despesa	Tipo de Transferência
CENTRO PARADESPORTIVO EDIVALDO PRADO	04.527.799/0001-20	2.000,00	30/11/2015	Patrocínio
ESCOLA DE DANCA E INT SOCIAL EDISCA	69.697.662/0001-69	8.500,00	04/12/201	Patrocínio
CDL CAMARA DIRIGENTES LOJISTAS	07.293.038/0001-49	100.000,00	11/12/2015	Patrocínio
FUNDACAO DEMOCRITO ROCHA	07.663.719/0001-51	40.000,00	15/12/2015	Patrocínio
SIND INDS QUIMICAS FARM E DA DEST E REF	11.334.513/0001-55	11.632,00	16/12/2015	Patrocínio
SINDUSCON	07.341.019/0001-40	75.000,00	22/12/2015	Patrocínio

Fonte: Gerência de Contabilidade e Fiscal

3.3.4. Informações sobre a realização das receitas

Sobre as informações de realização das receitas do SESI/ CE 2015, segue o quadro com as demonstrações das receitas previstas e arrecadadas.

Quadro 4 – Demonstração da receita prevista e arrecadada

Valores em R\$ 1,00

Receitas	Previsão 2015	Arrecadação Efetiva 2015
Receitas Correntes	117.816.982,49	117.653.443,70
Receitas de Contribuições	70.851.052,49	71.821.387,74
Receita Patrimonial	2.775.604,04	5.734.172,68
Receitas Industrial	0,00	0,00
Receitas de Serviços	17.208.038,10	14.250.837,35
Outras Receitas Correntes	26.982.287,86	25.847.045,93
Receitas de Capital	3.182.502,64	3.245.653,00
Alienação de Bens	0,00	63.150,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	3.182.502,64	3.182.503,00
Total	120.999.485,13	120.899.096,70

Fonte: Sistema PROTHEUS/ Módulo Orçamento

Para o ano de 2015 o SESI/CE previu uma receita total de R\$ 120.999.485,13; realizando ao longo do ano 99,92% do previsto. Os resultados alcançados foram obtidos em 59,41% do valor total realizado oriundo de receitas de contribuições na ordem de R\$ 71.821.387,74. A realização efetiva de 2015 alcançou em 21,38% receitas totais obtidas de outras receitas correntes que somadas representam o valor de R\$ 26.982.287,86; perfazendo nesta uma arrecadação de R\$ 3.420.985,18 em recuperação de crédito tributário, bem como R\$ 2.648.318,67 de indenizações e restituições. Ainda sobre as receitas correntes, é relevante mencionar que dos R\$ 12.828.800,37 previstos para apoios financeiros e convênios foi realizado o equivalente a 57,2% do mesmo, dessa realização as contas mais relevantes na realização foram R\$ 5.024.045,07 destinados ao incentivo à produção buscando atender às demandas com foco no cliente e alinhada com as prerrogativas do Plano Estratégico; e ainda, R\$ 1.499.937,80 com o projeto estratégico Vira Vida.

Quadro III – Demonstração de outras receitas correntes previstas e arrecadadas

Valores em R\$ 1,00

Receitas	Previsão 2015	Arrecadação Efetiva 2015	Varição
Outras Receitas Correntes			
Outras Receitas Correntes	2.591.732,60	7.432.251,96	286,77%
Subvenções e Auxílios Regul/Regimentais	11.561.754,89	11.076.420,15	95,80%
Convênios	700.958,23	0,00	0,00%
Apoios financeiros	12.127.842,14	7.338.373,82	60,51%
Total de Outras Receitas Correntes	26.982.287,86	25.847.045,93	95,79%

Fonte: Sistema PROTHEUS/ Módulo Orçamento

No que se refere à receita de serviço foi realizado 82,82% do previsto, no qual se destaca os serviços prestados em qualidade de vida, notadamente com realização mais relevante para saúde ocupacional na ordem de R\$ 4.570.661,46 representando 32,07% da realização de receita de serviço; bem como lazer físico esportivo representando 27,09% na ordem de R\$ 3.860.511,16 de valores realizados; e ainda médicos ambulatoriais com 16,02% de valores realizados em receita de serviço na ordem de R\$ 2.308.659,71. No que concerne a odontologia a produção foi superada em meta de consultas, porém foi tomada a decisão para 2016 de fortalecer o atendimento *in company* aumento com isso o foco na indústria, através das unidades móveis, com a clínica básica. Foi iniciada aquisição de nova unidade móvel para fortalecer esse atendimento junto às empresas. Visando esse novo posicionamento estratégico, foi gerada receita de alienação de bens que não estava prevista para 2015, sendo principalmente da venda de três unidades móveis que estavam obsoletas e inapropriadas para os serviços a serem prestados, incluídas na receita de capital de R\$ 63.150,00.

No tocante as receitas patrimoniais 72,07% da realização das mesmas em 2015 são referentes a rendimentos aplicações financeiras com R\$ 4.132.790,75 do total das receitas patrimoniais.

3.3.5 Informações sobre a execução das despesas

Vide quadros 5 e 6 nas páginas seguintes.

Quadro 5 – Execução das Despesas da Entidade – Exercício 2014

Valores em R\$ 1,00

Despesa/Conta	\$	%	Modalidade de Licitação				Contratações Diretas ⁴		
			Concorrência	Convite	Pregão	Concurso	Dispensa por valor	Demais Dispensas	Inexigibilidade
Pessoal e Encargos Sociais	58.210.889,80	54%							
Juros e Encargos da Dívida	100.402,84	0%							
Contribuições (Correntes)	5.603.535,19	5%							
Subvenções Sociais (Correntes)	0	0%							
Diárias	271.245,34	0%							
Material de Consumo	3.360.223,10	3%	0,00	771.193,45			190.000,41	101.487,40	
Passagens e Despesas com Locomoção	1.750.188,42	2%	1.615.907,97						40.989,70
Outros Serviços de Terceiros	32.411.066,39	30%							
Arrendamento Mercantil	0	0%							
Auxílios (Capital)	0	0%							
Obras e Instalações (Capital)	3.372.398,35	3%	1.626.187,98	1.179.446,58					1.107.362,25
Equipamentos e Material Permanente (Capital)	1.843.517,95	2%	842.982,71	456.577,45			206.200,26	180.205,00	41.401,75
Inversões Financeiras	6.675,94	0%							
Amortização da Dívida	1.477.500,26	1%							
Total	108.407.643,58	100%	4.085.078,66	2.407.217,48	0,00	0,00	206.200,26	281.692,40	1.189.753,70

Fonte: Colunas “\$” e “%”: PROTHEUS / Orçamento – Responsável pela informação: Gerência de Contabilidade e Fiscal
 Colunas “Modalidade de Licitação” e “Contratações Diretas”: Gerência de Licitação e Compras e Gerência de Controladoria

⁴ Dispensa por valor (contratação direta, art. 9º, I e II do RLC);
 Demais Dispensas (art. 9º, III a XVII do RLC).

Quadro 6 – Execução das Despesas da Entidade – Exercício 2015

Valores em R\$ 1,00

Despesa/Conta	\$	%	Modalidade de Licitação				Contratações Diretas ⁵		
			Concorrência	Convite	Pregão	Concurso	Dispensa por valor	Demais Dispensas	Inexigibilidade
Pessoal e Encargos Sociais	51.615.939,19	53%							
Juros e Encargos da Dívida	546.828,70	1%							
Contribuições (Correntes)	6.550.188,32	7%							
Subvenções Sociais (Correntes)	50.000,00	0%							
Diárias	192.299,05	0%							
Material de Consumo	1.685.493,22	2%	1.480.939,92		125.938,97	418.040,24	450.674,32	4.337,80	1.480.939,92
Passagens e Despesas com Locomoção	1.721.186,59	2%							
Outros Serviços de Terceiros	32.434.396,91	34%	1.056.695,19	343.871,08	1.583.852,04	2.718.724,97	4.694.907,02	2.769.819,45	1.056.695,19
Arrendamento Mercantil	0,00	0%							
Auxílios (Capital)	0,00	0%							
Obras e Instalações (Capital)	687.946,64	1%						45.171,49	
Equipamentos e Material Permanente (Capital)	514.598,42	1%					136.282,88	265.849,45	23.507,63
Inversões Financeiras	8.836,97	0%							
Amortização da Dívida	590.136,42	1%							
Total	96.597.850,43	100%							

Fonte: Fonte: Colunas “\$” e “%”: PROTHEUS / Orçamento – Responsável pela informação: Gerência de Contabilidade e Fiscal
Colunas “Modalidade de Licitação” e “Contratações Diretas”: Gerência de Licitação e Compras e Gerência de Controladoria.

Nota 01 - O regime considerado para apresentação destes resultados foi o de competência.

Nota 02 - Inexigibilidade nº 013 não foi incluída neste resultado, refere-se a um contrato de risco, por isso não possui valor fixo, uma vez que o pagamento é um percentual do resultado obtido pelo CONTRATADO.

⁵ Dispensa por valor (contratação direta, art. 9º, I e II do RLC);

Demais Dispensas (art. 9º, III a XVII do RLC).

Despesas por grupo e elemento de despesa

Sobre as informações de realização das despesas do SESI/ CE 2015, segue o quadro com as demonstrações das despesas realizadas com a variação percentual em relação ao ano anterior.

Quadro 7 – Demonstração das despesas correntes e capital

Valores em R\$ 1,00

Despesas	Exercício 2015	Exercício 2014	Varição
Despesas Correntes	94.796.331,98	101.707.551,08	-6,80%
Pessoal e Encargos Sociais	51.615.939,19	58.210.889,80	-11,33%
Juros e Encargos da Dívida	546.828,70	100.402,84	444,63%
Outras Despesas Correntes	42.633.564,09	43.396.258,44	-1,76%
Despesas de Capital	1.801.518,45	6.700.092,50	-73,11%
Investimentos	1.202.545,06	5.215.916,30	-76,94%
Inversões Financeiras	8.836,97	6.675,94	32,37%
Amortização da Dívida	590.136,42	1.477.500,26	-60,06%
Total	96.597.850,43	108.407.643,58	-10,89%

Fonte: Núcleo de Planejamento e Avaliação

A realização de despesas totais do SESI/CE no ano de 2015 apresentou uma redução de 10,89% em relação ao ano de 2014. O principal motivador dessa redução encontra-se nos investimentos, tendo em vista que fora realizado 11,33% do orçamento previsto para investimento em 2015. Desses investimentos existem importantes ações que por questões operacionais e estratégicas estarão em andamento em 2016, como por exemplo, o Projeto Museu da Indústria e o Projeto de melhoria da escola do Juazeiro. A realização em investimentos que mais se aproximou do previsto em 2015 foi em equipamentos médico cirúrgicos, odontológicos e laboratoriais em 76,88% do orçado, com foco em atenção médica, serviços em SST e Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho.

Quadro IV – Demonstração de Investimentos

Valores em R\$ 1,00

Despesas	Previsão 2015	Realização 2015	Varição
Despesas em Investimentos			
Construções em andamento	3.850.000,08	77.359,26	2,01%
Instalações	3.267.839,38	610.587,38	18,68%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9.875,04	0,00	0,00%
Mobiliário em geral	511.370,92	106.637,98	20,85%
Veículos	200.004,00	0,00	0,00%
Maquinas e equipamentos em gerais	1.382.482,70	128.254,46	9,28%
Equip.médicos, cirúrgicos, odont.e laborat.	292.874,57	225.159,11	76,88%
Equipamentos de informática	912.225,14	50.761,87	5,56%
Equip. esportivos, artísticos e de recreação	180.772,95	3.785,00	2,09%
Equipamentos de comunicação	2.400,04	0,00	0,00%
Total de Despesas em Investimentos	10.609.844,82	1.202.545,06	11,33%

Fonte: Sistema PROTHEUS/ Módulo Orçamento

No tocante as despesas de pessoal e encargos, houve uma redução no quadro de pessoal o que acarretou numa diminuição de 11,33% na realização de 2015 em relação ao ano de 2014. As despesas correntes representaram o maior volume de despesas realizadas no ano de 2015 com 98,14% de realização, destas, as despesas de pessoal e encargos efetivaram 53,43% das despesas totais realizadas, seguidas de 25,75% de realização em serviços de terceiros, na ordem de R\$ 26.803.507,12 de realização. O volume das despesas de terceiros está em 20,33% de despesas em serviços médicos e ambulatoriais; incluídos nesses serviços: despesas correntes de R\$ 1.217.085,32 em serviços em saúde e segurança no trabalho, bem como R\$ 1.792.743,14 em atenção médica.

3.4. Desempenho operacional

Seguem as principais realizações, os aprendizados adquiridos e superações conquistadas em relação aos percalços e dificuldades que mais impactaram a execução dos trabalhos ao longo do exercício por **Macroprocesso finalístico**.

Educação:

Centralização da Educação de Jovens e Adultos em Fortaleza, com a unificação do atendimento no Núcleo de Negócio SESI Parangaba e reorganização da carga horária dos profissionais da educação.

Implantação do Programa Escola SESI para o Mundo do Trabalho – Ensino Médio articulado com Educação Profissional, iniciando as ações de reformas do prédio da Escola SESI Euzébio Mota de Alencar, assim também aquisição de mobiliários e equipamentos, formação de professores, elaboração dos documentos referenciais para o EM/EBEP: Projeto Político-Pedagógico, Proposta Curricular, Regimento.

Análise de viabilidade para implantação da educação infantil no DR-CE – ações de *benchmarking* no DR-AM e elaboração do plano de negócio.

Redimensionamento das estratégias de monitoramento e avaliação dos planos de ação das Escolas SESI por meio do uso da tecnologia – *hangout*, reduzindo, assim, despesas com deslocamentos da equipe do Núcleo de Educação e Cultura (NEC).

Elaboração e implantação do Projeto de Reposicionamento e Incentivo da Oferta da Educação Continuada, a ser implementado em 2016, contemplando ações de parceria e articulações corporativas, tais como: divulgação e marketing do serviço, elaboração de política de incentivo à venda dos cursos, metodologia de vendas consultivas pela adesão ao Projeto Educação Corporativa e Trilhas de Aprendizagem.

Reflexões sobre avaliação de impacto dos cursos, com a realização do seminário de avaliação, participação da equipe do NEC no VI Congresso Internacional de Avaliação, formação do Comitê de Avaliação da Educação Continuada.

Alinhamento do processo de licitação e compras, que necessitou de esforço da área técnica da educação para readequação e planejamento das estratégias.

Participação da equipe técnica do NEC nos GTs do SESI Nacional, contribuindo para a elaboração da nova proposta da EJA.

Utilização do Portal SESI Educação pelos professores, coordenadores e estudantes, tornando as aulas mais significativas e atualizadas.

Qualidade de Vida:

Ao longo do ano houve um forte alinhamento com a área de mercado, em que foram realizados estudos acerca dos serviços ofertados e sua aderência com as demandas das indústrias e de seus trabalhadores. Como decorrência deste trabalho, alguns produtos foram descontinuados e outros foram reformulados, visando: redução de déficit orçamentário, melhoria dos resultados financeiros e aumento da aderência com a missão da instituição junto à indústria.

A descontinuação de alguns produtos impactou negativamente o cumprimento de metas físicas, notadamente nos serviços Atenção Médica e Odontologia, que atraíam principalmente clientes Pessoa Física. A estratégia neste caso é dar um foco maior para os atendimentos *in company* para os trabalhadores das indústrias, de forma mais atrativa por reduzir as ausências de postos de trabalho, direcionando-se, portanto, para clientes Pessoa Jurídica. O orçamento foi impactado pela não

execução de tais serviços, mas também pela execução de Campanha não prevista anteriormente, como foi o caso da Campanha Outubro Rosa Novembro Azul.

As principais dificuldades de execução orçamentária e produção estiveram relacionadas ao mercado, que não teve o aquecimento esperado devido à situação das empresas de um modo geral, diante da crise econômica que impactou significativamente a construção civil, nosso principal segmento de atuação.

Demais resultados e avanços estão descritos no item 3.1.1

3.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Considerando que o Sistema FIEC formulou o Plano Estratégico Integrado do Sistema FIEC, os objetivos, indicadores e metas do SESI/CE foram revisados no decorrer do ano de 2015.

Portanto, para mensuração do desempenho dos Focos Estratégicos, foram utilizados indicadores operacionais e indicador de sustentabilidade financeira. O monitoramento destes ocorre nas realizadas de Reuniões de Análise Crítica e Reuniões do COGEST descritos no item 3.2. Dessa forma os indicadores de Sustentabilidade Financeira, Matrículas de Trabalhadores, Empresas Atendidas e Trabalhadores Atendidos em Qualidade de Vida são mensurados mensalmente para acompanhamento do desempenho anual.

A aplicação do compulsório líquido em Educação apresentou desempenho 4,7 p.p abaixo da meta para 2015 motivado pela redução de custos das iniciativas de educação em cumprimento às novas diretrizes na nova gestão do Sistema FIEC. De 2014 para 2015 o SESI otimizou seu modelo de atendimento, centralizando as ações educativas da Região Metropolitana de Fortaleza no Núcleo de Negócios SESI Parangaba. É importante frisar que a realização mais eficiente de tais serviços não impactou nas metas de matrículas de Educação de Jovens e Adultos e Educação Continuada em Educação, que foram superadas conforme apresentado nos indicadores seguintes. Também está associado ao desempenho a baixa realização orçamentária de parte dos projetos de educação devido à remodelagem interna de processos de aquisição e contratação de serviços e indisponibilidade de recursos pedagógicos por parte de editora participante do processo.

Para 2016, o SESI prevê elevação deste desempenho mediante inauguração da Escola SESI para o Mundo do Trabalho com oferta de matrículas gratuitas para dependentes de trabalhadores da indústria e comunidade. Além deste fator, com a estabilização e padronização do processo corporativo de aquisições e contratações, a entidade prevê maior agilidade em suas operações corporativas em 2016.

Adicionalmente, a meta de aplicação do compulsório em gratuidade ultrapassou a meta de 16,67%, o que permitiu manter o nível de acesso gratuito às ações de Educação por parte dos trabalhadores com elevada realização de matrículas.

Com a crise pela qual o país está passando, onde afetou diretamente o setor da construção civil, o SESI-CE teve uma baixa significativa nos atendimentos de Segurança e Saúde no Trabalho. Além disso, muitas empresas que fazem programas legais com SESI não enviam seus trabalhadores para realizar as consultas ocupacionais e seus respectivos exames, impactando na baixa realização de exames de auxílio diagnóstico.

Outro fator que impactou diretamente na redução de vendas de serviços de SST foi o aumento do valor de algumas faixas dos Programas Legais, essa ação fez com que afastássemos empresas inadimplentes, porém contribuiu para o não alcance da meta. Para mitigar esses impactos, a área de vendas está estimulando novos mercados e os médicos do trabalho estão estimulando as empresas a monitorar os programas durante as visitas técnicas, a fim de sinalizá-los quanto a necessidade de realizar os exames e os impactos da não realização dos mesmos.

Em SESI Ginástica na Empresa, mesmo atingindo a meta de pessoas beneficiadas, identificou-se perda de contratos com empresas, pelos seguintes motivos: a crise no país faz com que as indústrias reduzam custos e esse serviço é um dos primeiros alvos e o ajuste da tabela de preços com o valor de mercado em 2014, que fez com que muitas empresas não renovassem contrato para 2015. Em paralelo, a área de mercado realizou uma campanha de marketing para divulgação em massa dos serviços e está analisando a venda de combos para oferta dos serviços às empresas, com o objetivo de movimentar o portfólio nas empresas.

A seguir estão relacionados os resultados dos indicadores utilizados pelo SESI/CE em 2015 para monitoramento da gestão.

Quadro 8 – Indicadores Institucionais

Nº	Nome do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Alcançado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Tipo de Indicador
1	Sustentabilidade Financeira	15,5% (2014)	16,7%	16,2%	Anual	$[(\text{Receita de Serviço}) / (\text{Aplicações diretas de despesas correntes})] \times 100$	%	Economicidade
2	Percentual de Receita Compulsória Líquida Aplicada em Educação	37,1% (2014)	33,33%	28,6%	Anual	$[\text{Receita Compulsória Líquida aplicada em Educação}^* / (\text{Receita compulsória líquida} + \text{Subvenções})] \times 100$	%	Eficácia
3	Percentual de Receita Compulsória Líquida Aplicada em Gratuidade em Educação	28,4% (2014)	16,67%	18,6%	Anual	$[\text{Receita Compulsória Líquida aplicada em gratuidade em Educação}^* / (\text{Receita compulsória líquida} + \text{Subvenções})] \times 100$	%	Eficácia
4	Matrículas de Trabalhadores da Indústria em Educação Básica de Jovens e Adultos ⁶	8.296(2014)	8.350	8.451	Anual	Somatório de matrículas de Trabalhadores da Indústria em Educação Básica de Jovens e Adultos - EJA. <i>Obs.1: Não são consideradas as matrículas vinculadas aos alunos do Programa Vira Vida</i> <i>Obs.2: São consideradas as matrículas vinculadas à EBEP.</i>	Nº	Eficácia
5	Matrículas de Trabalhadores da Indústria em Educação Básica Articulada com Educação Profissional - EBEP	152 (2014)	380	172	Anual	Somatório de matrículas para Trabalhadores da Indústria em Educação Básica (SESI) Articulada com Educação Profissional (SENAI) – EBEP	Nº	Eficácia
6	Matrículas de Trabalhadores da Indústria em Educação Continuada em Educação	43.635 (2014)	40.000	46.214	Anual	Somatório de matrículas para Trabalhadores da Indústria em Educação Continuada em Educação <i>Obs.: Não são consideradas as matrículas vinculadas aos alunos do Programa Vira Vida</i>	Nº	Eficácia
7	Taxa de permanência de Trabalhadores da Indústria na Educação Básica de Jovens e Adultos e EBEP	68% (2014)	90%	77%	Anual	$[(\text{N}^\circ \text{ de matrículas de trabalhadores da indústria} - \text{N}^\circ \text{ de evasões de trabalhadores da indústria}) / \text{N}^\circ \text{ de matrículas de trabalhadores da indústria}] \times 100$	%	Eficácia

⁶ Não foram considerados os dados de produção vinculados a alunos do Programa Vira Vida por estes não corresponderem a trabalhadores da indústria tanto na meta de 2015 (50 matrículas) como nos realizados de 2014 (28 matrículas) e 2015 (41 matrículas). As matrículas do EBEP foram consideradas para composição do cálculo.

Nº	Nome do Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Alcançado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Tipo de Indicador
8	Taxa de Conclusão na Educação Básica de Jovens e Adultos e EBEP	90% (Meta 2015)	90%	54%	Anual	[Nº de trabalhadores da indústria concluintes / Nº de matrículas de trabalhadores da indústria do ano*] x 100 * Considerar apenas as matrículas das turmas concluintes do ano.	%	Eficácia
9	Taxa de Evasão na Educação Básica de Jovens e Adultos e EBEP	22% (2014)	10%	23%	Anual	[Nº de trabalhadores da indústria evadidos / Nº de matrículas de trabalhadores da indústria] x 100	%	Eficácia
10	Empresas industriais atendidas em Programas Legais de SST	555 (2014)	655	547	Anual	Somatório de empresas industriais atendidas em SST (Programas Legais)	%	Eficácia
11	Trabalhadores da indústria beneficiados em Programas Legais de SST	48.717 (2014)	63.678	49.223	Anual	Somatório de trabalhadores beneficiados com Programas Legais de SST	%	Eficácia
12	Empresas industriais Atendidas em SESI Ginástica na Empresa	87 (2014)	107	86	Anual	Somatório de empresas industriais atendidas em SESI Ginástica na Empresa	%	Eficácia
13	Trabalhadores da indústria beneficiados em SESI Ginástica na Empresa	27.675 (2014)	32.281	33.304	Anual	Somatório de trabalhadores beneficiados em SESI Ginástica na Empresa	%	Eficácia

Fonte: Núcleo de Planejamento e Avaliação

Nota: A meta do indicador de Sustentabilidade Financeira está prevista com base no orçamento Retificado.

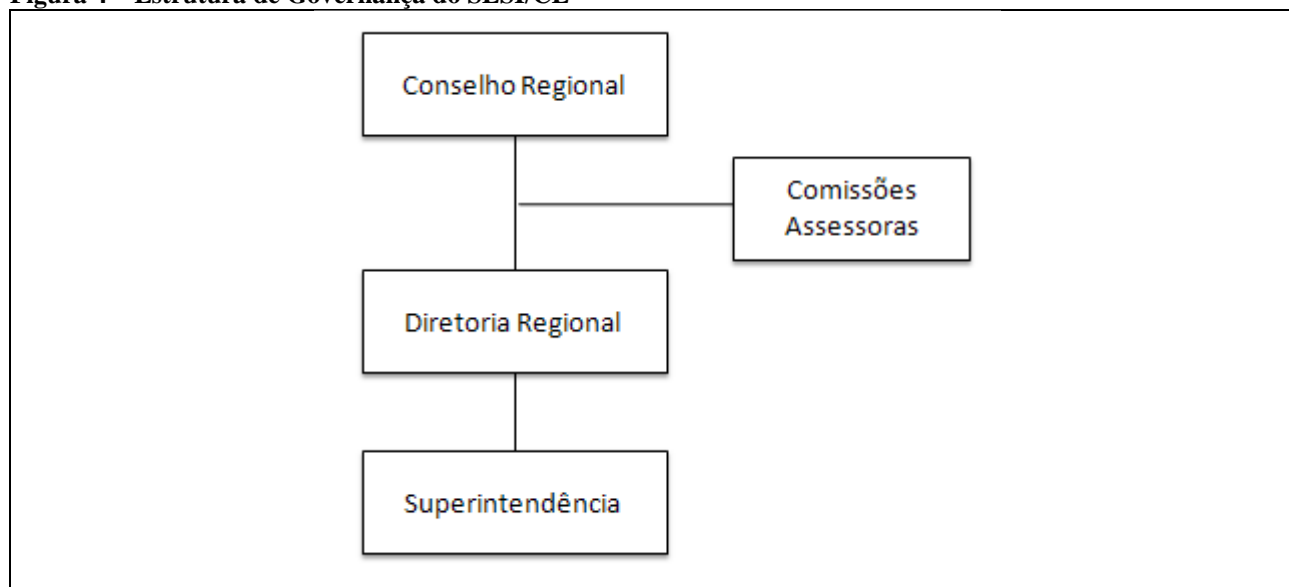
4. GOVERNANÇA

4.1. Descrição das estruturas de governança

A estrutura de governança do SESI/CE é fundamentada pelos arts. 38 a 45 do Regulamento do Serviço Social da Indústria (2009) e pelo Regimento interno do Conselho Regional do Serviço Social da Indústria SESI/DR-CE (2011).

O conteúdo das normas citadas descreve a estrutura de governança da entidade conforme o que segue.

Figura 4 – Estrutura de Governança do SESI/CE



Fonte: Regimento Interno do Conselho Regional do SESI/DR-CE

NOTA: Estrutura elaborada conforme conteúdo do documento pelo Núcleo de Planejamento e Avaliação.

O Conselho Regional é um órgão normativo de natureza colegiada, com sede em Fortaleza e jurisdição em todo o território do Estado do Ceará, incumbido de estabelecer as diretrizes políticas e estratégias de atuação do Departamento Regional do Ceará, acompanhar sua implementação, coordenar, controlar e fiscalizar e execução dos programas estabelecidos.

A Diretoria Regional, ocupada pelo presidente da FIEC, possui caráter executivo, tendo como atribuições a apresentação de prestações de contas da gestão financeira, admitir, prover, e demitir servidores da administração regional junto ao Conselho Regional, propor convênios e acordos com a Federação das Indústrias, dentre outras.

A Superintendência Regional do SESI/DR-CE exerce a gestão dos negócios, de acordo com a missão e os objetivos estabelecidos nas diretrizes fixadas. É composta por um executivo, nomeado pelo Diretor Regional do SESI/DR-CE. O superintendente participa das reuniões do Conselho Regional como convidado sem direito a voto.

O campo de comissões assessoras é composto pela Comissão de Contas e outras Comissões Especiais quando o presidente ou o plenário julgar necessário. Tais Comissões são automaticamente dissolvidas quando cumprem as tarefas as quais foram designadas. A Comissão de Contas é responsável por examinar a Previsão Orçamentária do Regional, juntamente com suas revisões, relatar e emitir parecer sobre a Prestação de Contas Anual, apreciar balancetes mensais e a movimentação de fundos, bem como pronunciar-se sobre toda matéria de interesse patrimonial, econômico e financeiro do DR submetida pelo presidente ou pelo plenário. Para realização de suas funções a Comissão de Contas poderá dispor dos serviços de auditoria independente, contratada para examinar e emitir parecer sobre demonstrações financeiras da entidade.

4.2. Informações sobre dirigentes e colegiados

A estrutura e atuação dos dirigentes e colegiados estão descritos no Regulamento do Serviço Social da Indústria SESI no art. 38 e art. 39, sendo composto pelos seguintes membros:

- Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), que será seu presidente nato;
- Delegados das atividades industriais, escolhidos pelo Conselho de Representante da entidade
- Delegado das categorias econômicas dos transportes, das comunicações e da pesca, escolhidos pela respectiva associação sindical de maior hierarquia e antiguidade existente na base territorial respectiva;
- Representantes do Ministério do Trabalho e Previdência Social, designado pelo titular da pasta;
- Representantes do Estado, do Distrito Federal ou de Território, designado pelo competente Chefe do Poder Executivo;
- Representantes dos trabalhadores da indústria, indicado pela organização dos trabalhadores mais representativa da região.

Compete ao presidente do Conselho Regional: dirigir o plenário respectivo; supervisionar todos os serviços a cargo da administração regional; encaminhar ao Conselho Nacional o relatório anual e a prestação de contas da região, depois de pronunciamento do plenário regional.

Compete ao Conselho Regional: adotar providências e medidas relativas nos trabalhos e gestão dos recursos da região; votar, em verbas discriminadas, o orçamento anual da região, elaborado pelo Departamento Regional, dentro dos fundos aprovados pelo Conselho Nacional; aprovar o relatório e a prestação de contas do Departamento Regional, concernentes a cada exercício; apreciar, mensalmente, a execução orçamentária na região; examinar, anualmente, o inventário de bens a cargo da administração regional; aprovar os quadros, fixar os padrões de vencimentos, determinar o critério e a época das promoções, bem como examinar quaisquer reajustamentos de salários do pessoal do Departamento Regional; aprovar a abertura de contas para a guarda dos fundos da região em bancos oficiais, Caixa Econômica Federal, e bancos privados de reconhecida idoneidade, com observância do disposto no art. 55, e seus parágrafos; manifestar-se sobre a aquisição de imóveis necessários aos serviços da região; apreciar o desenvolvimento e a regularidade dos trabalhos a cargo do Departamento Regional; encarregar-se de incumbências que lhe forem delegadas pelo Conselho Nacional; dirigir-se aos órgãos nacionais, representando, ou solicitando providências, sobre problemas de interesse da entidade; designar o secretário de seus serviços específicos, fixando-lhe remuneração e atribuições; fixar o valor da cédula de presença de seus membros, que não poderá exceder de um terço do salário mínimo local; autorizar convênios e acordos com a respectiva federação, visando aos objetivos institucionais, ou aos interesses recíprocos das entidades, na área territorial comum; aplicar a qualquer de seus membros, nas circunstâncias indicadas, o disposto no artigo 24, § 1º, com recurso voluntário, sem efeito suspensivo, pelo interessado, para o Conselho Nacional; votar o seu regimento interno, alterando-o quando conveniente, pelo voto de dois terços do plenário.

4.3. Atuação da unidade de auditoria interna

As informações relativas à atuação da Unidade de Auditoria Interna estão apresentadas em parecer da referida unidade anexo ao presente Relatório de Gestão.

4.4. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Não aplicável à natureza jurídica da Unidade Prestadora de Contas.

4.5. Gestão de riscos e controles internos

Quadro 9 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UPC são percebidos por todos os funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UPC é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários dos diversos níveis da estrutura da UPC na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UPC.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UPC.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UPC ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UPC, claramente estabelecidas.				X	

20. As atividades de controle adotadas pela UPC são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UPC possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UPC são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UPC é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UPC é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UPC, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UPC é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UPC tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UPC tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

Análise Crítica e comentários relevantes:

(I) AMBIENTE DE CONTROLE

Os aspectos gerais de controle no SESI-CE estão estabelecidos e percebidos pelos seguintes mecanismos pelos altos dirigentes e funcionários:

Nos seguintes órgãos normativos – Conselho Regional e Diretoria Regional

(A.1.) No Regimento do SESI – Decreto nº 57.375, de 02.12.1965, atualizado pelo Decreto nº 6.637, de 05.11.2008, Capítulo III – Da Organização, Art.ºs – 18,19,20. Capítulo V – Conselhos Regionais - Órgãos Regionais – SEÇÃO I, Art.ºs 38,39,40,41,42 e 43. SEÇÃO II – Dos Departamentos Regionais, Art.ºs 44 e 45.

(A.2.) Para os funcionários através do Código de Ética estabelecido pela Gerência de Recursos Humanos.

(A.3.) Os procedimentos de comunicação dos Atos Diretivos e Regras estabelecidas pela alta direção estão estabelecidos em: Resoluções e Portarias – pelo Conselho Regional e Ordem de Serviço e Circulares – pela Diretoria Regional.

(II) AVALIAÇÃO DE RISCOS

B) Dos instrumentos de Controle

(B.1.) Os objetivos estratégicos do SESI-CE estão estabelecidos em seu Mapa Estratégico, que desdobra os planos de ação e orçamento anuais, sendo ambos, devidamente aprovados pelo Conselho Regional e o ultimo pelo Conselho Nacional da entidade.

(III) – PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

(C) Da gestão dos instrumentos de Controle

(C.1.) Os procedimentos de controle estão normatizados e vinculados ao Sistema de Gestão da Qualidade do SESI-CE e integrados ao Manual da Qualidade do Regional.

(C.2.) Quanto às informações relativas aos custos operacionais do SESI-CE, estão em fase consolidação mediante estruturação do setor de custos vinculado à Gerência de Controladoria do Sistema FIEC.

(IV) – INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

(D) Da política e do uso da informação e comunicação

(D.1.) Foi consolidada a implantação da comunicação institucional e operacional do SESI-CE, que absorveu a comunicação interna e externa e posterior estruturação da Gerência de Comunicação vinculada diretamente à Superintendência Geral do Sistema FIEC.

(D.2.) Os principais dados da organização são armazenados em seus sistemas ERP Protheus, CRM e CorporeRM, que alimentam diversos relatórios para subsídio de tomadas de decisão e para fundamentação de processos internos. Estas informações podem ser consultadas através de um sistema de BI (Business Intelligence), chamado BS Board.

(V) – MONITORAMENTO

(E.1.) O SESI-CE utiliza o modelo conceitual do ciclo do “*Plan Do Check Act – PDCA*”, nas suas atividades de planejamento e Controle.

Escala de valores da Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UPC.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UPC, porém, **em sua minoria**.

(3) Neutra: Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UPC.

(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UPC, porém, **em sua maioria**.

(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UPC.

Fonte: Gerência de Controladoria

4.6. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados.

Quadro V – Remuneração paga aos dirigentes no período de Janeiro/15 a Dezembro/ 2015

Dirigentes titulares	Cargo	Remuneração mensal (R\$)
Jorge Alberto Vieira Studart	Diretor Regional	0,00
César Augusto Ribeiro	Superintendente Regional	24.918,20

Fonte: Gerência de Recursos Humanos

Quadro VI – Jetons pagos aos conselheiros do SESI

Nome	Jetons pagos (R\$)
Abdias Veras Neto	525,34
Afonso Cordeiro Torquato Neto	1.050,68
Claudio Sidrim Targino	2.889,37
Carlos Roberto Carvalho Fujita	1.050,68
Denilson Albano Portácio	788,01
Eduardo Camarço Filho	2.626,70
Francisco José Pontes Ibiapina	1.050,68
Francisco Antonio Martins Dos Santos	2.889,37
Francisco Wellington Da Silva	525,34
José Agostinho Carneiro De Alcantara	1.050,68
Lauro Martins Oliveira Filho	525,34
Luis Francisco Juaçaba Esteves	262,67
Marcos Silva Montenegro	2.626,70
Paula Andrea Cavalcante Da Frota	1.313,35
Paulo Venicio Braga De Paula	1.313,35
Ricardo Pereira Sales	2.101,36

Fonte: Gerência de Contabilidade e Fiscal

4.7. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Quadro VII – Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Sistemática de Contratação	Dados da Empresa Contratada	Remuneração pelo Contrato	Tipo de Serviço Contratado
Licitação/modalidade Concorrência de número 022/2015.	MACIEL AUDITORES S/S, inscrita no CNPJ sob o nº 13.098.174/0001-80, localizada na Av. Bastian, n.º 366, Bairro: Menino de Deus, CEP: 90.130-020 - Porto Alegre	O valor mensal do contrato é de R\$ 5.055,00 (cinco mil e cinquenta e cinco reais), sendo o valor global de R\$ 90.990,00 (noventa mil, novecentos e noventa reais) referente ao período total de 18 meses.	Serviços técnicos especializados em Auditoria Independente Corporativa

Fonte: Auditoria Interna

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1. Canais de acesso do cidadão

O SESI/CE adota como prática de relacionamento com o cliente o Processo de Tratamento de Reclamações, Sugestões e Elogios, procedimento do Sistema de Gestão da Qualidade que estabelece a sistemática de tratamento das Oportunidades de Melhorias - OMs (reclamações, sugestões e elogios) de clientes pessoa física e jurídica. O processo visa padronizar a atuação dos profissionais de relacionamento com o mercado, possibilitando maior agilidade e resolutividade no atendimento e informações para tomada de decisões gerenciais, gerando maior satisfação ao cliente. As áreas de mercado das unidades/núcleos do SESI, a Central de Relacionamento do Sistema FIEC, os locais de atendimento e as coordenações das áreas de negócio são responsáveis pelo recebimento das OM's que são cadastradas diretamente no sistema CRM – software de Gestão do Relacionamento com o Cliente, e encaminhadas para as áreas responsáveis pelo tratamento. O retorno ao cliente é dado no prazo máximo de 07 dias úteis, a contar da data de recebimento da OM pela área de mercado da Unidade/Núcleo.

Os cidadãos têm acesso aos seguintes canais de relacionamento para pedido de informações, reclamações, sugestões e elogios:

- Telefone da Central de Relacionamento do Sistema FIEC: 4009 6300;
- E-mail da Central de Relacionamento do Sistema FIEC: centralderelacionamento@sfiec.org.br;
- Site: <http://www.sesi-ce.org.br> ;
- Facebook: <https://www.facebook.com/sesiceara> ;
- Twitter: <https://twitter.com/sesiceara> ;
- Atendimento pessoal;
- Atendimento pelos agentes de vendas;
- Urna fixa e/ ou urna móvel e;
- Totem de autoatendimento.

As Oportunidades de Melhorias apresentaram o seguinte perfil ao longo de 2014 e 2015:

Quadro VIII– Oportunidades de Melhorias

Oportunidades de Melhoria	2014	Representatividade (%)	2015	Representatividade (%)
Elogio	1.183	58%	590	47%
Sugestão	365	18%	410	32%
Reclamação	477	24%	266	21%
TOTAL	2.025	100%	1.266	100%

Fonte: Sistema CRM

Com as informações obtidas nas interações do Processo de Tratamento de Reclamações, Sugestões e Elogios foram elaborados e desenvolvidos os Projetos Marcação de Consultas Online, Gestão de Filas e Ampliação da Central de Relacionamento para atendimentos de saúde. Os projetos estão em fase de implantação e tem previsão para finalização em Dezembro de 2016.

5.2. Carta de serviços ao cidadão

Não aplicável à natureza jurídica da Unidade Prestadora de Contas.

5.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O SESI/CE utiliza como mecanismo de mensuração da satisfação dos seus clientes Pessoa Jurídica o Processo de Pesquisa Pós-Venda, que objetiva mensurar continuamente a satisfação dos clientes, identificar oportunidades de melhoria, aplicar ações corretivas e/ou preventivas em tempo hábil, aperfeiçoar continuamente os serviços ofertados e, ainda, estreitar e melhorar o relacionamento com os clientes.

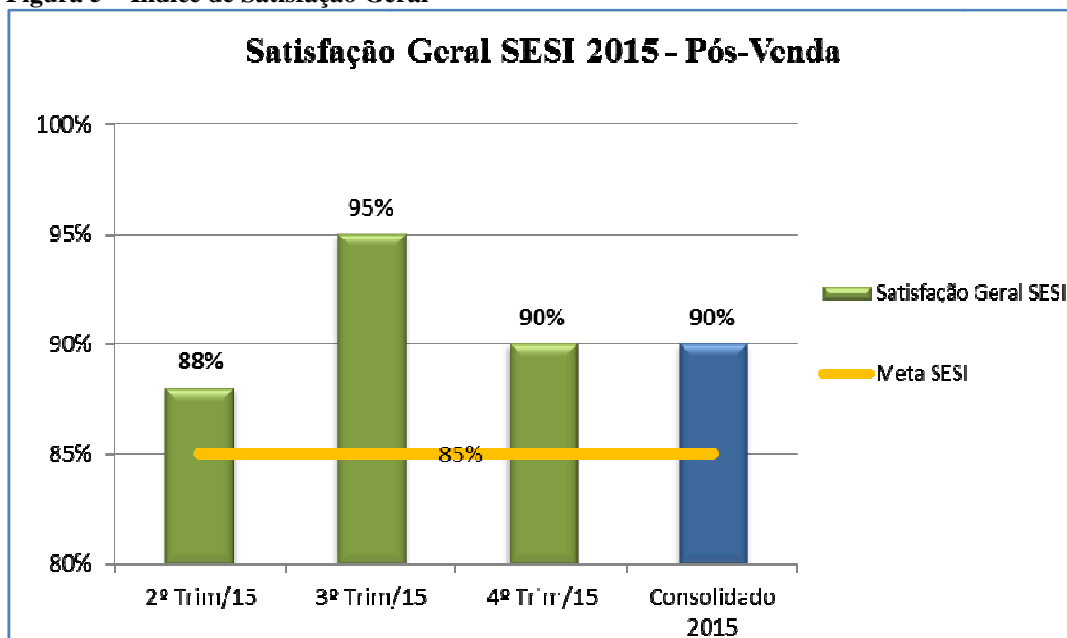
A pesquisa é aplicada pelos operadores da Central de Relacionamento que, por telefone, entram em contato com todos os clientes (pessoa jurídica) durante a realização do serviço, para aplicação de formulário de reação e, após a prestação do serviço, para aplicação de formulário de satisfação.

As interações com os clientes e os formulários aplicados são registradas no Sistema de Gestão de Relacionamento do Sistema FIEC (CRM), para geração de relatórios, realização de análises e geração de informações. Com os resultados são gerados indicadores de Satisfação de Clientes e as insatisfações são direcionadas para receberem o mesmo tratamento das Oportunidades de Melhorias (Reclamação, Sugestão e Elogio).

Os clientes pessoa física também têm suas reclamações, sugestões e elogios registrados por meio do Queremos Ouvir Você e tratadas como Oportunidades de Melhorias (Reclamação, Sugestão e Elogio), pelos canais já elencados anteriormente no item 5.1.

O SESI/CE tem como meta atingir 85% da satisfação de seus clientes. Em 2015 esta meta foi atingida e superada nos 03 trimestres em que a pesquisa foi aplicada, bem como no resultado consolidado do ano 2015.

Figura 5 – Índice de Satisfação Geral



Fonte: Gerência de Marketing

5.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

As informações referentes à atuação do SESI/CE, consideradas úteis e relevantes à sociedade, que contribuem para a transparência da gestão, estão acessíveis na internet, na página oficial do SESI

Ceará. No link <<http://sesi-ce.org.br/87474/sobrenos/Ido-sesi>> o SESI/CE disponibiliza o seu orçamento e a execução orçamentária do ano corrente e anteriores, sua estrutura remuneratória e as relações com os nomes de seus dirigentes e membros do corpo técnico. No link <<http://sesi-ce.org.br/92271/sobrenos/relatorios-de-gestao-anual>> o SESI/CE disponibiliza o Relatório de Gestão Anual de prestação de contas junto ao Tribunal de Contas da União, em cumprimento ao artigo 70 da Constituição Federal.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. Desempenho financeiro no exercício

O SESI/CE apresentou, no exercício de 2015, um desempenho financeiro superavitário. Tal resultado foi obtido em função de algumas medidas de redução em rubricas de maior impacto, bem como, vislumbrando um cenário econômico futuro de retração.

Destaque para as rubricas de pessoal e encargos, serviços de terceiros e material de consumo, onde obtivemos queda com relação ao exercício anterior, em 11%, 51% e 7%, respectivamente, o que nos gerou uma redução de despesas, em R\$ 10.178.897,26.

Além dessas ações, o SESI/CE entrou com Processo de Compensação das Contribuições Previdenciárias sobre Serviços tomados de Cooperativas, onde foi levantado um crédito tributário dos últimos 5 anos. Essa compensação gerou um incremento da Receita e uma redução de desembolso de caixa em 2015, de R\$ 4.309.513,98.

Reduzimos também nossos investimentos durante o exercício, tendo em vista que, as despesas relevantes realizadas e necessárias para atender as atividades da entidade foram executados no exercício anterior.

O SESI/CE vem desenvolvendo medidas que impactem positivamente tanto na geração de caixa, permitindo o seu equilíbrio financeiro, quanto na eficiência na gestão desses ativos.

6.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Quanto ao disposto na NBC T 16.09, a entidade adota os seguintes critérios e procedimentos:

- a) Reconhece obrigatoriamente em periodicidade mensal as parcelas de depreciação de seu Ativo Imobilizado, em conta redutora do ativo, cujo saldo em 31.12.2015, corresponde ao valor segundo a demonstração abaixo:

Quadro IX - Contas do Ativo Não circulante

Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis	Valor Bruto Contábil	Depreciação Acumulada	Valor Líquido Contábil
Prédios	60.426.847,48	8.979.454,48	51.447.393,00
Terrenos	14.065.687,33	0,00	14.065.687,33
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.576.391,40	95.864,22	1.480.527,18
Construções em Andamento	0,00	0,00	0,00
Mobiliário em Geral	2.827.308,34	1.342.080,51	1.485.227,83
Instrumentos Musicais	193.130,50	129.940,56	63.189,94
Veículos	4.888.750,24	3.530.326,41	1.358.423,83
Máquinas e Equipamentos em Geral	3.235.938,69	1.815.011,41	1.420.927,28
Equip. Médicos, Odontol. Cir.Lab.	4.463.123,23	2.169.794,08	2.293.329,15
Equipamentos de Informática	5.166.840,71	3.849.420,64	1.317.420,07
Equip. Esportivo, Art. e de Recreação	717.580,03	479.112,79	238.467,24
TOTAL	97.561.597,95	22.391.005,10	75.170.592,85

Fonte: Módulo de Contabilidade/Protheus

b) O valor da depreciação apurado mensalmente é conhecido em contas de resultado. No exercício de 2015 os valores desta natureza foram os seguintes:

Quadro X - Depreciação no Exercício

Bens Móveis e Imóveis	Depreciação no Exercício
Terrenos	0,00
Prédios	1.185.522,14
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	31.527,84
Mobiliário em Geral	253.173,96
Instrumentos Musicais	15.111,17
Veículos	773.273,77
Máquinas e Aparelhos em geral	273.377,62
Equipamentos Médicos, Odontológicos, Cirúrgicos e Labor.	389.193,23
Equipamentos de Informática	677.762,67
Equipamentos Esportivos, Artístico e de Recreação	52.371,54
TOTAL	3.651.313,94

Fonte: Módulo de Contabilidade/Protheus

c) Os bens da entidade são depreciados pelo método direto linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil do bem, fixadas por espécie de bem, conforme o que segue:

- Bens imóveis exceto terrenos: 2% a.a;
- Mobiliário, Máquinas e Equipamentos: 10% a.a;
- Veículos e Equipamentos de Informática: 20% a.a.

d) A utilização destas taxas obedece a Resolução dos Órgãos Colegiados do Sistema Indústria, para aplicação em todas as Entidades do Sistema Indústria e Norma Geral de Patrimônio, criada em abril de 2014 e aprovada pelo Conselho Regional do SESI.

e) A base de cálculo adotada para aplicação da depreciação dos imóveis é o custo da obra. Os terrenos são registrados em conta específica e de acordo com a NBC T 16.9, não sofrem depreciação. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro do ativo imobilizado são incorporados ao valor desse ativo quando há geração de benefícios econômicos futuros.

f) A depreciação é reconhecida até que o valor líquido seja igual ao valor residual e começa quando o item entra em condição de uso e outros fatos tais como: obsolescência técnica ou comercial e desgaste normal por ociosidade.

g) Quanto a divulgação destas informações, a entidade faz constar em suas notas explicativas os elementos aludidos no item 16 da NBC T 16.9, quando houverem.

Quanto ao disposto na **NBC T 16.10**, a entidade adota naquilo que couber, todos os critérios e procedimentos para avaliação e mensuração dos ativos e passivos integrantes de seu patrimônio, compreendidos pelos seguintes elementos:

a) Disponibilidades: Avaliada pelo valor original sempre em moeda nacional. As aplicações financeiras de liquidação imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original.

b) Créditos e dívidas: Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, sempre em moeda nacional. Os riscos de recebimentos de dívidas são reconhecidas em conta de variação financeira, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir as operações que a originaram.

As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos. As atualizações e as variações são apuradas e contabilizadas em contas de resultado.

c) Estoques: Os produtos em estoque são lançados no ato da compra pelo custo de aquisição e no momento da utilização, são movimentados através de requisição e registrados em contas de resultados. São controlados em estoque apenas os produtos para Consumo.

No âmbito dos investimentos permanentes, tem-se o que segue:

Imobilizado: O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no seu valor de aquisição ou construção. Quando se trata de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito este é considerado pelo valor patrimonial definido nos termos da doação. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elementos do ativo imobilizado são incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é reconhecido como despesa de custeio do período em que for incorrido.

No caso de transferências de ativos, o valor atribuído é o valor contábil líquido constante nos registros da entidade de origem.

Intangível: Via de regra os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da entidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Entretanto, não existe nenhum registro de bens intangíveis na entidade.

Sobre o item Mensuração após o Reconhecimento Inicial da NBC T 16.10, incluída pela Resolução CFC n.º 1.437/13, um item do ativo imobilizado é evidenciado pelo custo menos qualquer depreciação e redução ao valor recuperável acumuladas.

Referente ao que consta nos itens 36 a 40 da NBC T 16.10, que dispõe sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável, a entidade preserva seus bens móveis e imóveis através da prática de baixar sempre que necessário os itens obsoletos ou em desuso ou de recuperação ante econômica colocados em disponibilidade. A priori, não se evidencia indícios de *impairment* nos bens da entidade, ou seja, o valor registrado contabilmente esteja excedendo o valor recuperável, considerando que todos os bens foram registrados pelo valor original e depreciados mensalmente.

6.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Não aplicável à natureza jurídica da Unidade Prestadora de Contas.

6.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis em questão estão apresentadas nos anexos deste relatório.

7. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7.1. Gestão de pessoas

O SESI finalizou o ano com 833 profissionais com redução de 11% no quadro efetivo de pessoal. Deste total, 6% atuam na área de gestão, 82% no negócio e 12% no apoio. A referida redução faz parte do processo de otimização da gestão e da revisão do portfólio de serviços.

O quadro efetivo de pessoal está distribuído conforme as seguintes faixas etárias e nível de escolaridade:

O quadro efetivo de pessoal está distribuído conforme as seguintes faixas etárias e nível de escolaridade:

Quadro XI - Quadro Efetivo de Pessoal

Tipologias do Cargo	Quantidade de Funcionários por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Celetistas	209	340	171	87	26

Fonte: Gerência de Recursos Humanos e Gerência de Controladoria

Quadro XII - Quadro Efetivo de Pessoal – Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Celetistas	1	0	20	6	266	333	197	10	0	

Legenda: Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Gerência de Recursos Humanos e Gerência de Controladoria

Na norma do SESI estão estabelecidos os objetivos e diretrizes gerais das ações de capacitação e desenvolvimento. O objetivo principal do referido normativo é oferecer aos colaboradores condições de desenvolvimento profissional e pessoal, proporcionando-lhes conhecimentos, habilidades, atitudes e um melhor desempenho na execução de suas atividades e empregabilidade.

Durante o ano de 2015, foram capacitados 47% dos colaboradores com uma média de 32 horas por pessoa. O foco principal foi o desenvolvimento continuado de lideranças com ampliação de visão de negócios, habilidades técnicas e comportamentais de forma a transformar pessoas e ambientes em uma cultura corporativa orientada a resultados.

A seguir, ressaltamos as principais ações de capacitação:

- Desafio atendimento em rede - 4h
- Interpretação e formação de auditores internos do sistema de gestão da qualidade NBR ISO 9001:2010 - 28h
- Gerenciamento de projetos – teoria e prática - 32h
- Atendimento consultivo do sistema indústria - 40h
- Excel avançado – 32h
- Ergonomia – 32h
- Programa de educação continuada – desenvolvimento de líderes – 40h
- Eneagrama – 16h
- Metodologia de análise e solução de problemas – MASP - 16h
- I seminário nordestino do programa trabalho seguro - 14h
- Workshop Project Model Canvas - 8h
- Formação em educação de jovens e adultos - 120h

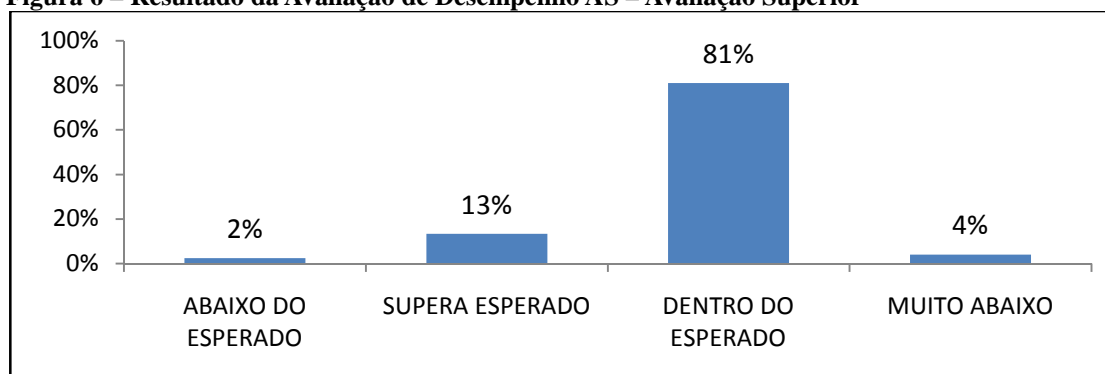
Com relação a qualidade de vida dos colaboradores e a promoção de hábitos saudáveis, destacamos a seguir as ações desenvolvidas pelo SESI em 2015:

- a) Corridas de Rua;

- b) GCC – Global Corporate Challenge cujo objetivo principal do programa é fazer com que as pessoas se movimentem, através do aplicativo que estimula a ampliação da q (combate ao sedentarismo), promovendo ainda o desenvolvimento de outras competências, tais como: liderança, integração (não só com essa equipe mas entre as equipes participantes), comunicação e trabalho em equipe;
- c) Atendimento psicológico aos colaboradores para acompanhamento e melhoria da saúde psicoemocional.

No que se refere à avaliação de desempenho, houve a participação de 729 colaboradores, tendo sido obtidos os seguintes resultados na visão da liderança:

Figura 6 – Resultado da Avaliação de Desempenho AS – Avaliação Superior



Fonte: Gerência de Recursos Humanos

Diante do resultado, o foco da gestão é desenvolver os gaps de competências existentes ou desengajar pessoas que não possuam o perfil profissional para o exercício de suas funções.

No que se refere a gestão de riscos em RH, o SESI possui seus principais macro-processos desenhados e disseminados (Manual do Colaborador, Código de Conduta, Regulamento de Pessoal, Portarias que regem a contratação de mão-de-obra efetiva, temporária e terceirização, entre outros), definindo sua forma de operacionalização e as regras de controle.

A prática de auditoria interna e externa atua como medida preventiva de identificação de riscos trabalhistas e previdenciários, propiciando controle e ajustes de não-conformidades identificadas.

A utilização de indicadores táticos de RH, como por exemplo, rotatividade, absenteísmo, entre outros auxiliam a gestão para atração, desenvolvimento e retenção de profissionais, capital este essencial para concretização da missão do SESI.

7.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 10 – Força de Trabalho da UPC – Situação apurada em 31/12/2015

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Celetistas	833	833	80	189
2. Funções de Confiança	Incluso na tipologia de celetistas			
3. Temporários	ND	ND	ND	ND
4. Total de Servidores (1+2+3)	833	833	80	189

Fonte: Gerência de Recursos Humanos e Gerência de Controladoria

7.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Vide quadro 11 na página seguinte.

Quadro 11 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Celetistas											
Exercícios	2015	31.883.041,75	0	25.938,90	466.282,24	454.718,53	3.614.423,53	1.378.871,64	0	0	37.823.276,59
	2014	34.934.208,90	0	110.402,33	443.226,91	1.436.394,00	3.113.118,40	1.933.353,88	0	0	41.970.704,42
	2013	32.070.711,58	0	101.109,07	449.140,31	115.030,07	2.577.259,45	2.227.857,28	0	0	37.541.107,76
Funções de Confiança											
Exercícios	2015	Incluso na tipologia de Celetistas									
	2014	Incluso na tipologia de Celetistas									
	2013	Incluso na tipologia de Celetistas									
Temporários											
Exercícios	2015	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
	2014	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
	2013	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: Gerência de Recursos Humanos e Gerência de Controladoria

7.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Comparando-se a rotatividade geral do SESI 2014 e 2015, observa-se a queda de 25% para 15%, retratando a conclusão da terceirização de atividades e reestruturação ocorrida em 2014.

As iniciativas voltadas a qualidade de vida dos funcionários têm contribuído para redução do absenteísmo e combate ao sedentarismo. O absenteísmo passou de 3%(2014) para 2,34%(2015) e o índice de acidentes de trabalho regrediu de 3% para 1,56%.

7.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura

7.2.1. Gestão do patrimônio imobiliário da União

Não aplicável à natureza jurídica da Unidade Prestadora de Contas.

7.2.2. Informações sobre imóveis locados de terceiros

Quadro 12 – Distribuição dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE TERCEIROS DA UJ								
	EXERCÍCIO 2015				EXERCÍCIO 2014				
Finalidade	1	2	3	4	1	2	3	4	
BRASIL	UF CE	-	1	-	-	-	1	-	1
	Fortaleza	-	-	-	-	-	-	-	1
	Horizonte/CE	-	1	-	-	-	1	-	-
	Sobral/CE	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal Brasil	0	1	0	0	0	1	0	1	
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0	0	0	0	0	0	0
	cidade 1	-	-	-	-	-	-	-	-
	cidade 2	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal Exterior	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total (Brasil + Exterior)	0	1	0	0	0	1	0	1	

Fonte: Gerência de Patrimônio

7.3. Gestão da tecnologia da informação

7.3.1. Principais sistemas de informações

Quadro XIII – Descrição dos principais sistemas de informação

SISTEMA	FORNECEDOR	VERSÃO	FINALIDADE	QUEM UTILIZA	RESP. TÉCNICO	RESP. DO NEGÓCIO	CRITICIDADE
Protheus	TOTVS	11.5	Financeiro, Compras, Contabilidade, Patrimônio e outras funcionalidades de um ERP	Unidades e áreas corporativas do Sistema FIEC	Área de Sistemas Terceirizados	GEPCO e GEDAF	Alta
Corpore RM	TOTVS	11.82	Gestão de Pessoas, controle de folha de pagamento, ponto e outras funcionalidades de RH.	Gerência de Recursos Humanos	Área de Sistemas Terceirizados	GERHU	Alta
CRM	FIEC – Gerência de TI	2.4.0	Gerenciamento do relacionamento com os clientes com gestão das oportunidades, propostas e vendas	Gerência de Negócio, Vendas, Marketing e Unidades SESI, SENAI, IEL	Área de Sistemas e Portais	GEMAR	Alta
CRM Saúde	FIEC – Gerência de TI	2.4.0	Gerenciamento da produção dos serviços de Saúde	Gerência de Negócio, Vendas, Marketing e Unidades SESI	Área de Sistemas e Portal	NQV	Alta
CRM Educação	FIEC – Gerência de TI	2.4.0	Gerenciamento da produção dos serviços da Educação	Gerência de Negócio, Vendas, Marketing e Unidades SESI	Área de Sistemas e Portais	NEC	Alta
CRM Vida Saudável	FIEC – Gerência de TI	2.4.0	Gerenciamento da produção dos serviços de Vida saudável	Gerência de Negócio, Vendas, Marketing e Unidades SESI	Área de Sistemas e Portais	NQV	Alta
CRM Pós-venda	FIEC – Gerência de TI	1.1	Sistema de pesquisa de avaliação e satisfação da prestação de serviços do Sistema FIEC.	Gerência de Negócio, Vendas, Marketing e Unidades SESI	Área de Sistemas e Portais	GEMAR	Alta
CRM Sindicatos	FIEC – Gerência de TI	1.3	Gerenciamento de associados e fornecedores, e-mail marketing e eventos	Sindicatos	Área de Sistemas e Portais	GEMAR	Alta
BS BOARD	Enovar	2.10.0-226	<i>Business Intelligence</i>	Presidência, Diretoria, Gestores, Área de Negócio	Área de Banco de Dados	GEPLA	Média
SharePoint	Microsoft	2013 - 15.0.4420.1017	<i>Business Intelligence</i>	Áreas de Marketing e Vendas	Área de Banco de Dados	GEMAR	Média
EAD - Moodle	Moodle	2.8.5	Plataforma de Ensino à Distância.	Unidades e áreas corporativas do SESI e SENAI	Área de Sistemas e Portais	UNED	Média
S4	SESI DN	4.02	Saúde e Segurança no Trabalho	Núcleo de Qualidade de Vida e Núcleo de Referência em Saúde	Área de Sistemas Terceirizados	NQV	Média

SISTEMA	FORNECEDOR	VERSÃO	FINALIDADE	QUEM UTILIZA	RESP. TÉCNICO	RESP. DO NEGÓCIO	CRITICIDADE
Autorização de Atendimento	FIEC – Gerência de TI	1.4	Autorização online de atendimentos na linha de serviço de saúde nas unidades do SESI	Empresas clientes do SESI	Área de Sistemas e Portais	GEMAR	Média
Call Center	FIEC – Gerência de TI	1.1	Registro de reclamações, denúncias, sugestões, elogios, informações e demandas, com geração de protocolo de atendimento.	Central de Atendimento e GEMAR	Área de Sistemas e Portais	GEMAR	Média
SGF - Sistema de Gestão de Fomento	SESI DN	1.2	Informar a produção das áreas de Qualidade de Vida para aquisição de fomento	Núcleo de Qualidade de Vida, Gerências de Negócio, Marketing e Unidades do SESI	SESI DN	Área de Planejamento do SESI	Baixa
SCAE	SESI DN	1.0-012016	Exportação de dados estatísticos da educação	Núcleo de Planejamento do SESI e Unidades do SESI	SESI DN	Área de Planejamento do SESI	Alta
GED	FIEC – Gerência de TI	1.1	Gerenciamento dos documentos da Qualidade.	Unidades e áreas corporativas do Sistema FIEC	Área de Sistemas e Portais	Áreas da Qualidade do Sistema FIEC	Baixa
Gestor de Conteúdo do Portal da FIEC	FIEC – Gerência de TI	5.0	Gestão do conteúdo dos sites do Portal da FIEC.	Colaboradores editores de conteúdo dos sites	Área de Sistemas e Portais	GECOM	Média
Pergamum	PUC PR	v. 9	Sistema Integrado de Bibliotecas	Bibliotecas do Sistema FIEC	Área de Sistemas Terceirizados	CDIM	Média
SMD	SESI DN	27/01/201	Exportação de dados estatísticos da saúde	Núcleo de Planejamento do SESI, Núcleo de Qualidade de Vida e Unidades do SESI	SESI DN	NPA	Alta
Sistema de controle de acesso por Biometria	Visual ID	2014.006	Sistema de identificação e controle de acesso por meio de biometria	Núcleo de Referência em Saúde	Área de Sistemas e Portais	GEMAR	Média

Fonte: Gerência de Tecnologia da Informação

7.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

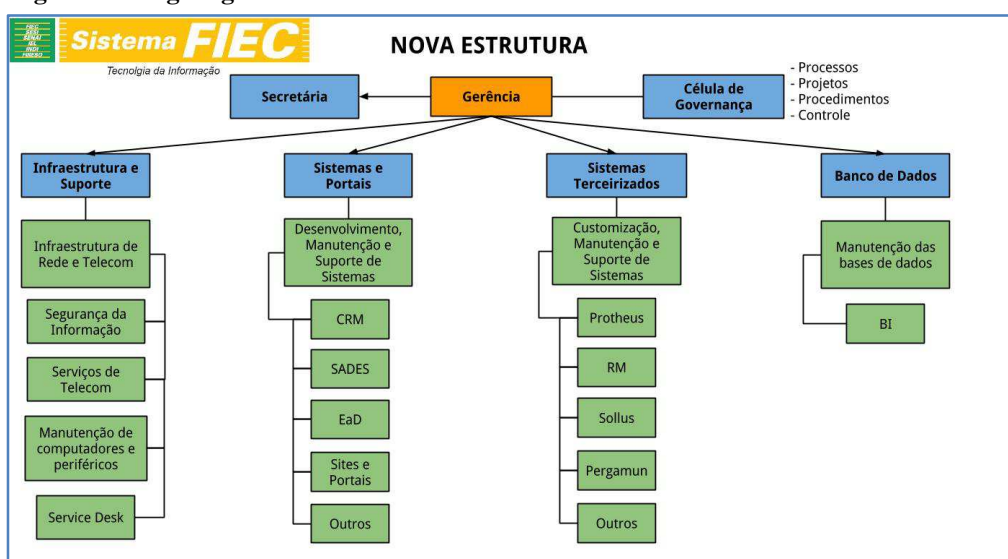
Com a mudança da gestão da área de Tecnologia da Informação em 2015 houve a necessidade de reestruturar os processos de governança de Tecnologia e Informação (TI). O planejamento das ações de TI foi definido de acordo com as diretrizes orçamentárias para o período e estratégias da organização.

Foi definido um plano de ação para o Sistema FIEC, com projetos cujas ações foram consideradas prioritárias para o exercício pela superintendência geral. Os projetos previstos e realizados em 2015 constam no Quadro XVII - Descrição dos projetos de TI, assim como seu alinhamento com o planejamento estratégico.

Em 2015, percebeu-se a necessidade de definir um novo comitê gestor, antes composto pelos membros do COGEST. Com objetivo de acelerar e alinhar as demandas de TI, o comitê gestor foi composto pela superintendência geral do Sistema FIEC, gerência executiva de Planejamento e Controle e gerência da TI do Sistema FIEC. Foram realizadas 4 reuniões do comitê para discussão sobre as ações, direcionamentos e projetos de TI. Em resumo, o comitê discutiu e definiu:

- Fevereiro 2015: Apresentada e aprovada a nova estrutura organizacional da TI. Com a criação de coordenações para as subáreas do setor. A nova estrutura visa uma melhor definição dos processos da área e agilidade na execução dos projetos. Segue abaixo o organograma aprovado.

Figura 7 – Organograma GETIC



Fonte: Gerência de Tecnologia e Informação

- Abril 2015: Apresentados e priorizados os projetos demandados pela TI e definido que a TI realizaria o desenvolvimento dos sistemas de gestão do IEL: Educacional e Retec. Foram apresentados o projeto e o parecer da TI no que diz respeito à implantação do sistema SGE, projeto do DN. Decido que o regional faria a adesão ao sistema e ainda aprovada a contratação de um analista para manutenção do Sistema Protheus e mão de obra temporária para os projetos do IEL.
- Julho 2015: Follow up de acompanhamento dos projetos. Foram apresentadas todas as demandas em andamento, principalmente as que aguardavam priorização para atendimento. No momento, foi apresentado pela TI a necessidade de investimento em recursos humanos e tecnológicos para atender as demandas. Exposta a necessidade de reformar a área de TI, com objetivo de manter todos os colaboradores do setor em um único espaço, no que foi autorizada uma reforma menor, com objetivo de trazer a equipe do Protheus para mesmo

espaço físico TI. Porém, foi autorizado o desenvolvimento do projeto da reforma maior, para compor todo o setor de TI no mesmo espaço.

- Outubro 2015: Apresentado ao comitê o plano de ação da TI para 2016, assim como follow up dos projetos realizados em 2015. O plano de ação foi aprovado.

No quadros a seguir estão descritos o quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Quadro XIV – Empregados efetivos de carreira de TI do SESI CE

Nome	Função	Situação	Unidade
Luiz Renato Amaral Marcos	Analista de Informática	Ativo	Albano Franco
Severiano Antonio Evora	Técnico Suporte Informática	Demitido	Albano Franco
Jose Aroldo Bezerra Rodrigues	Técnico Suporte Informática	Ativo	Barra do Ceará
Michell Braga Martins	Técnico Suporte Informática	Ativo	Barra do Ceará
Adriano Regis da Fonseca Silva	Analista de Informática	Ativo	GETIC
Antonio Kassio Da Costa Silva	Analista de Informática	Ativo	GETIC
Cristiano Scaranci	Analista de Informática	Ativo	GETIC
Edson Cordeiro Da Rocha	Analista de Tecnologia da Informação	Ativo	GETIC
Isdro Cabral Figueiredo	Analista De Tecnologia da Informação	Ativo	GETIC
João Marcelo Fontenele Nascimento	Técnico Suporte Informática	Ativo	GETIC
Johann Klaus Oliveira Lima	Analista de Informática	Ativo	GETIC
Jose Rafael Matias Magalhães	Coordenador de Desen. e Manut de Sist Inf	Ativo	GETIC
Paulo Marcelo Alencar De Oliveira	Analista de Tecnologia Da Informação	Ativo	GETIC
Paulo Robson Santos Da Costa	Programador	Ativo	GETIC
Raphaele Pinheiro Silva	Gerente de Tecnologia Da Informação	Ativo	GETIC
Steferson Souza De Oliveira	Analista de Informática	Ativo	GETIC
Yanko Santos Costa	Analista de Informática	Ativo	GETIC
Damião Bezerra De Oliveira	Técnico Suporte Informática	Ativo	Juazeiro do Norte
Andre Da Silva Silverio	Técnico Suporte Informática	Ativo	Museu Da Indústria
Vitor De Souza Menezes	Técnico Suporte Informática	Ativo	NR Saúde
Antonio Claudio De Vasconcelos Junior	Técnico Suporte Informática	Ativo	NQV
Emilia Costa Nunes	Técnico Suporte Informática	Ativo	Parangaba
Gabriela Moraes Mendonça	Técnico Suporte Informática	Ativo	Parangaba
Aristides Gomes Da Silveira	Técnico Suporte Informática	Ativo	Sobral

Fonte: Gerência de Tecnologia e Informação

Quadro XV – Empregados efetivos de outras carreiras da unidade de Tecnologia da Informação

NOME	FUNÇÃO	SITUAÇÃO	UNIDADE
Jacqueline Fernandes de Sousa	TECNICO (A) EM SECRETARIADO	ATIVO	GETIC

Fonte: Gerência de Tecnologia e Informação

Quadro XVI - Empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades

Nome	Função	Situação	Unidade	Entidade
Francisco Djalma Castro Saraiva	Técnico(A) Em Secretariado	Demitido	GETIC	FIEC
Antonio Clebio Costa E Felix	Programador	Ativo	GETIC - Gerencia de Ti	FIEC
Francisco Samuel Moreira Amaral	Analista De Informática	Ativo	GETIC - Gerencia de Ti	FIEC
Alan Caneca Roberto	Técnico Suporte Informática	Ativo	CFP WCC/Gestão das Unid.Operacionais	SENAI
Gerson Mendez Galeazzi	Administrador De Redes	Ativo	GETIC /Gerencia de T.I. Gestão Da Informação	SENAI
Wisley Tabosa E Silva	Técnico Suporte Informática	Licença Médica	CERTREM/Gestão Unidades Operacionais	SENAI
Israel Rodrigues De Carvalho	Analista De Tecnologia Da Informação	Ativo	GETIC /Gerencia de T.I. Gestão Da Informação	SENAI
Daniel Santos Lima	Analista De Informática	Ativo	CEMEP-AUA/Gestão de Unid.Operacionais	SENAI
Deivide Da Silva	Técnico Suporte Informática	Ativo	CEMEP-AUA/Gestão de Unid.Operacionais	SENAI
Estevam Henrique Portela Mota E Silva	Analista De Informática	Ativo	GETIC /Gerencia de T.I. Gestão Da Informação	SENAI
Nilo Larangeira Albuquerque Junior	Analista De Informática	Ativo	CET-AFR/Gestão das Unid.Operacionais	SENAI
Marcus Renan Malheiros Martins	Técnico Suporte Informática	Ativo	GETIC/Gerencia de T.I. Gestão da Informação	SENAI
Jord Johnsons Costa Da Silva	Administrador De Banco De Dados	Ativo	GETIC /Gerencia de T.I. Gestão da Informação	SENAI
Camila Silva Mamede	Analista De Informática	Demitido	Getic/Gerencia de T.I. Gestão da Informação	SENAI
Yves Abreu De Carvalho	Técnico Suporte Informática	Ativo	WDS/Gestão das Unid.Operacional	SENAI
Thiago De Sena Barroso	Web Designer	Demitido	Getic/Gerencia de T.I. Gestão da Informação	SENAI
Aldisio Gonçalves Medeiros	Analista De Informática	Ativo	Getic/Gerencia de T.I. Gestão da Informação	SENAI
Elessandra Rodrigues Pessoa	Analista De Informática	Licença Maternidade	Getic/Gerencia de T.I. Gestão da Informação	SENAI
João Paulo Soares Lessa	Programador	Ativo	GETIC/Gerência de T.I. Gestão da Informação	SENAI
Rodrigo Ribeiro Machado	Técnico Suporte Informática	Ativo	GETIC/Gerência de T.I. Gestão da Informação	SENAI
Jose Vieira Da Costa Neto	Técnico Suporte Informática	Demitido	CET-AFR/Gestão das Unid.Operac-Suporte de Ti	SENAI
Matheus Henrique Silva Bezerra	Programador	Ativo	GETIC/Gerência de T.I. Gestão da Informação	SENAI
Ingo Bezerra Wolter	Web Designer	Ativo	GETIC/Gerência de T.I. Gestão da Informação	SENAI
Cristian Vitor Benevides Mendes	Programador	Ativo	GETIC/Gerência de T.I. Gestão da Informação	SENAI
Francisco Flávio Dias Silva	Técnico Suporte Informática	Ativo	CET-AFR/Gestão das Unid.Operac-Suporte de Ti	SENAI
Leandro Lima de Queiroz	Técnico Suporte Informática	Ativo	SENAI WDS/Gestão das Unid.Operac-Suporte de Ti	SENAI
Francisco Eldeson Aguiar Rocha	Técnico Suporte Informática	Ativo	SENAI AABMS /Gestão das Unid.Operac-Suporte de Ti	SENAI

Nome	Função	Situação	Unidade	Entidade
Francisco Irandir Rabelo	Analista De Informática	Afastado pela Previdência	GETIC/Gerência de T.I. Gestão da Informação	SENAI
Paulo Adriano Carvalho Da Silva	Analista De Informática	Ativo	GETIC/Gerência de T.I. Gestão da Informação	IEL
Erlon Charles Bastos Ferreira	Temporário - Analista De Informática	Demitido	GETIC/Gerência de T.I. Gestão da Informação	IEL
Valter Lima Mesquita	Analista De Informática	Ativo	GETIC/Gerência de T.I. Gestão da Informação	IEL
Marcos Alves De Oliveira	Temporário – Analista De Informática	Contrato Encerrado	GETIC/Gerência de T.I. Gestão da Informação	IEL
Leandro Alves Machado	Temporário - Analista De Informática	Contrato Encerrado	GETIC/Gerência de T.I. Gestão da Informação	IEL

Fonte: Gerência de Tecnologia e Informação

Os processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade são:

- Gestão de incidentes - Este processo abrange a gestão de incidentes e problemas. As solicitações são realizadas pelos usuários dos serviços de TI utilizando uma interface de solicitações SAT (Sistema de Solicitações) e gerido o atendimento pelo sistema OTRS (Open-source Ticket Request System). Toda atualização na situação da solicitação, ou ticket quando está no OTRS, é registrada no sistema. Os usuários recebem os alertas/avisos por e-mail.
- Gestão de melhorias dos sistemas de informação - Este processo abrange a gestão das melhorias dos sistemas de informação. As solicitações são registradas via formulário de requisição de mudanças (RDM) e encaminhada para a análise de um comitê consultivo de mudanças multidisciplinar. Esta RDM é analisada e se for procedente é estimado o esforço pelo setor de TI. Todas as solicitações de melhoria são priorizadas em reunião mensal.

Os projetos de TI desenvolvidos estão descritos no quadro a seguir.

Quadro XVII - Descrição dos projetos de TI

Projeto (área)	Descrição	Alinhamento com planejamento estratégico	Resultado Esperado	Valores orçados	Valores despendidos	Prazo de conclusão
PMC - Projeto de melhoria contínua do sistema Protheus (Sistemas Terceirizados)	Refinamento dos módulos do ERP -Módulo de Compras e Estoque -Módulo de Patrimônio -Módulo Financeiro -Módulo Contábil -Módulo Faturamento -Integração com sistema de RH	Aprimorar processos de apropriação de custos, precificação e gestão de suprimentos, com apoio de sistema de informações gerenciais	Processos administrativos-financeiros devidamente implementados e documentados, além do sistema ERP aderente aos mesmos	R\$ 73.404,21	R\$ 73.404,21	Abril/2016
Gestão do Portfólio (Sistemas e Portais)	Reestruturação do portfólio e alinhamento com portfólio nacional	Orientar portfólio para a ampliação da produtividade e a obtenção de ganhos sustentáveis de competitividade para a Indústria	Portfólio revisado e alinhado com o portfólio do departamento nacional	Não houve custos diretos, somente indiretos referentes à força de trabalho da equipe interna	Não houve custos diretos, somente indiretos referentes à força de trabalho da equipe interna	Concluído
Modelo de Valor do Cliente (Business Intelligence)	Módulo do CRM para gerenciar o valor dos clientes baseadas nas informações de venda	Aprimorar o processo de identificação das demandas da Indústria, intensificar a relação com as empresas e sindicatos e desenvolver programas “sob medida” para grandes empresas	Utilizar novos indicadores e desenvolver novas estratégias baseadas nas informações	Não houve custos diretos, somente indiretos referentes à força de trabalho da equipe interna	Não houve custos diretos, somente indiretos referentes à força de trabalho da equipe interna	Concluído
Exportação para SMD (Sistemas e Portais)	Ajustes na rotina de exportação para o sistema SCAE, para as linhas de saúde e vida saudável	Garantir a adequação da infraestrutura física e tecnológica, visando a prestação de serviços de qualidade aos clientes	Exportar as informações de produção do SESI para o software do departamento nacional de forma automática	Não houve custos diretos, somente indiretos referentes à força de trabalho da equipe interna	Não houve custos diretos, somente indiretos referentes à força de trabalho da equipe interna	Março/2016
Melhorias no Módulo de Marcação de Consulta (Sistemas e Portais)	Implementação do módulo de marcação de consultas pelo portal do cliente SESI	Diversificar canais e formas de atendimento	Possibilidade dos clientes de realizarem a autorização e marcação de consultas de forma on-line	Não houve custos diretos, somente indiretos referentes à força de trabalho da equipe interna	Não houve custos diretos, somente indiretos referentes à força de trabalho da equipe interna	Março/2016

Projeto (área)	Descrição	Alinhamento com planejamento estratégico	Resultado Esperado	Valores orçados	Valores despendidos	Prazo de conclusão
Gestão de Filas (Sistemas e Portais)	Sistema para organizar as filas de atendimento nas unidades do SESI (guichês e consultórios)	Garantir a adequação da infraestrutura física e tecnológica, visando a prestação de serviços de qualidade aos clientes	Maior agilidade e organização no controle das filas e no fluxo do cliente nas unidades do SESI	R\$ 25.513,00	R\$ 0,00	Maió/2016
Aplicativo SESI (Sistemas e portais)	Aplicativo para smartphone com divulgação de cursos do SESI	Diversificar canais e formas de atendimento	Maior divulgação dos serviços do SESI na linha de educação que estão disponíveis para a indústria	Não houve custos diretos, somente indiretos referentes à força de trabalho da equipe interna	Não houve custos diretos, somente indiretos referentes à força de trabalho da equipe interna	Maió/2016
Sistema de Base Nacional (Sistemas e Portais)	Sistema de especificação de demandas de base nacional e de medição da produção dos atendimentos de base nacional	Aprimorar o processo de identificação das demandas da Indústria, intensificar a relação com as empresas e sindicatos e desenvolver programas "sob medida" para grandes empresas	Diminuição de erros no processo de especificação da demanda e propostas de base nacional e faturamento integrado com o sistema ERP	Não houve custos diretos, somente indiretos referentes à força de trabalho da equipe interna	Não houve custos diretos, somente indiretos referentes à força de trabalho da equipe interna	Junho/2016
Atualização dos Links de Internet e de dados corporativo	Ampliação dos links de Internet das unidades	Garantir a adequação da infraestrutura física e tecnológica, visando a prestação de serviços de qualidade aos clientes	Substituição dos links atuais por links com maiores capacidades, de forma a agilizar a troca de informação e o acesso aos sistemas	R\$ 334.498,05	R\$396.144,00(contrato em execução)	Concluído
Implantação de Hospedagem Externa de Sistemas	Implantação de hospedagem externa de sistemas	Garantir a adequação da infraestrutura física e tecnológica, visando a prestação de serviços de qualidade aos clientes	Implantar a hospedagem externa de diversos sistemas, objetivando o aumento da disponibilidade, confiabilidade e a segurança das informações. Contração por 36 meses.	R\$ 925.200,00	R\$ 1.201.376,44 (contrato em execução)	Concluído

Projeto (área)	Descrição	Alinhamento com planejamento estratégico	Resultado Esperado	Valores orçados	Valores despendidos	Prazo de conclusão
Atualização dos equipamentos de segurança de perímetro (UTMs)	Atualização dos equipamentos de segurança de perímetro	Garantir a adequação da infraestrutura física e tecnológica, visando a prestação de serviços de qualidade aos clientes	Substituição dos UTMs de segurança, objetivando melhorar a segurança e a confidencialidade das informações do Sistema FIEC	R\$ 193.665,60	R\$ 314.396,87 (contrato em execução)	Concluído
Ampliação da Cobertura Wireless	Ampliação da cobertura de rede wireless das unidades do Sistema FIEC	Garantir a adequação da infraestrutura física e tecnológica, visando a prestação de serviços de qualidade aos clientes	Ampliação da cobertura wireless com o objetivo de ampliar a possibilidade de acesso às informações pelo colaboradores, bem como disponibilizar acesso wireless para os clientes e alunos	R\$ 378.998,40	R\$ 277.657,22 (contrato em execução)	Concluído

Fonte: Gerência de Tecnologia e Informação

A área de TI utiliza-se do recurso de redundância de serviços críticos para uma melhor garantia da disponibilidade dos recursos tecnológicos terceirizados. Para os serviços de links de comunicação, trabalhamos com uma arquitetura de redundância dos links, com fornecedores diferentes para prestação do serviço, mitigando os riscos de indisponibilidade em caso de interrupção do serviço, ampliando a manutenção do atendimento da demanda. Para garantia da disponibilidade dos sistemas, possuímos serviço de Data Center externo, cujo serviço é de alta disponibilidade, onde estão hospedados os sistemas críticos para a organização, como o ERP Protheus e o CRM. Para 2016, está previsto um projeto de ampliação dos servidores no Data Center da Casa da Indústria, com objetivo de suportar a hospedagem do sistema ERP Protheus localmente, para em caso de interrupção do serviço de hospedagem externa, por qualquer tipo de incidente, disponibilizarmos o sistema em formato de contingência através do nosso Data Center local, até que o serviço seja restabelecido.

Em todos os contratos de TI, a partir de 2015, estão previstos SLAs de atendimento, com objetivo de garantirmos a qualidade e a capacidade de prestação do serviço do fornecedor, reduzindo a probabilidade de má gestão do serviço e ampliando a velocidade de resolução em caso de indisponibilidade ou correções de problemas.

7.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

7.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Não aplicável à natureza jurídica da Unidade Prestadora de Contas.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Quadro 13 – Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

Nº do Processo	Nº do Acórdão	Nº do Item	Tipo	Descrição da Deliberação	Síntese do Tratamento adotado pela Entidade
Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve

Fonte: Auditoria Interna

8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Os tratamentos dados às recomendações feitas pela CGU-CE mediante Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201503990 estão relatados em anexo ao presente Relatório de Gestão apresentados pela Ordem de Serviço de mesmo número.

Quadro 14 – Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno - OCI

Nº Relatório de Auditoria	Nº da Constatação	Descrição das Recomendações	Síntese do Tratamento adotado pela Entidade
201503990	1.1.1.1	Apresentação de informações incompletas inconsistentes impactando negativamente o andamento dos trabalhos de auditoria.	Durante este ano (2015) está sendo executado o Projeto de Melhoria Contínua (PMC) no sistema ERP Protheus. Dentro deste trabalho foram redesenhados novos fluxos para as áreas do Sistema FIEC, entre eles Financeiro, Contratos e Compras, conforme documentação enviada (Fluxos de procedimentos). Dessa forma, percebe-se que as melhorias implantadas no PMC aliado ao novo modelo de governança corporativo

Nº Relatório de Auditoria	Nº da Constatação	Descrição das Recomendações	Síntese do Tratamento adotado pela Entidade
			<p>estão possibilitando a gestão com foco na eficiência administrativa, permitindo a conexão entre as áreas, de tal forma que, a atual sistemática evitará a ocorrência de informações incompletas e/ou inconsistentes. Os módulos de compras e financeiro estão implantados e o módulo de contratos está previsto para implantação até junho/2016.</p>
201503990	1.1.1.2	<p>Inconsistência entre as informações registradas no relatório de gestão e os dados disponibilizados pela entidade referentes às aquisições realizadas no exercício, por modalidade de licitação e contratação direta.</p>	<p>Em 2015 foram definidos novos processos de aquisições, desenvolvidas customizações no sistema ERP Protheus, adequando-o as necessidades de Gestão com foco na eficiência administrativa. Conforme documento: print de tela Sustem Tracker (doc 2), permite-se rastrear informações desde a aquisição até o pagamento dos bens ou serviços. Além disso, conforme documento enviada (print de tela planilha – doc 2) o sistema está interligado, vez que dentro dele tem-se a solicitação de compra, geração de cotação, atualização de cotação, análise de cotação e pedido de compras ou contrato. A tela de Solicitação de compras (print screen– doc. 2) atesta a exigência de aprovação pelo gestor com competência para tal fim. Assim, as informações referentes às licitações e compras diretas (dispensa e inexigibilidade) podem ser acompanhadas até a finalização do processo (efetivação do pagamento), interligação que possibilita o rasteio de todo o processo, evitando a divergência de informações.</p>
201503990	1.1.1.3	<p>Fragilidades na gestão da área de suprimento de bens e serviços, caracterizada pelo elevado grau de insucesso nos procedimentos licitatórios e de compras diretas realizados pela entidade.</p>	<p>Em 2015 com a definição de novos processos de aquisições, foram definidas também áreas <i>técnicas</i> responsáveis pelas aquisições corporativas. Essas áreas técnicas são responsáveis por definirem as referências necessárias para contratação dos serviços, assim como elaborarem os Termos de Referências, reduzindo assim o insucesso nos procedimentos licitatórios por problemas de insuficiências de especificações nos editais de publicação.</p> <p>Foram realizadas três (03) oficinas de elaboração de Termo de Referência (TR) durante o mês de Novembro de 2015 com o objetivo de orientar as áreas técnicas e todos os demandantes sobre a funcionalidade e importância do TR para os processos de aquisição, com o intuito de tornar os processos mais assertivos e céleres. Convite de oficinas de TR's enviados anexo ao ofício respostas.</p> <p>Em relação à ocorrência de divergências nas datas e horas dos certames nos processos divulgados, faz-se importante esclarecer a esse órgão fiscalizador:</p> <p>Em relação ao Convites de CFTV, segue explicação: ocorreram 2 certames: o primeiro (nº008/2015) restou FRACASSADO (doc. 4 A) e a data do certame foi realmente a que está no Facebook, 25/05/2015 (doc. 4 B); o segundo (010/2015) foi concluído e a data do certame foi a que está no Portal, 03/07/2015 (doc. 4 C). Este não foi publicado no Facebook, que não foi mais utilizado como veículo de publicidade, tendo em vista a impossibilidade de atualizá-lo tempestivamente. Dessa forma, não houve divergência.</p> <p>Em relação ao certame de Hospedagem de Dados, a data que consta do Facebook (19/05/2015), foi a data inicial do</p>

Nº Relatório de Auditoria	Nº da Constatação	Descrição das Recomendações	Síntese do Tratamento adotado pela Entidade
			<p>certame (doc. 4 E), cujo edital foi impugnado e objeto de vários pedidos de esclarecimentos, gerando ERRATA e alteração da data da sessão que, finalmente ocorreu em 01/07/2015 (doc. 4 F), conforme consta do Portal do Fornecedor. A nova data não foi publicada no Facebook, pelos motivos já mencionados. Dessa forma, não houve divergência.</p> <p>Em relação ao Registro de Preços de Material de Informática realmente houve um equívoco na publicação no Portal, uma vez que no local da data e horário, foi colocada a data e a hora em que ocorreu a publicação no portal e não do certame. Verifica-se, portanto, que a divergência ocorreu em um único processo.</p> <p>Ressalte-se, todavia, que atualmente estamos utilizando exclusivamente o Portal do Fornecedor, para divulgação, como forma de eliminar a possibilidade de contradição.</p>
201503990	1.1.1.4	Realização dos vários procedimentos para aquisições de mesmo objeto, com possível perda de economia de escala e desperdício de esforço humano e material.	Dentro do novo modelo de Gestão corporativa, até novembro de 2015 foram iniciados 82 processos licitatórios <i>corporativos</i> . Em cada um desses processos houve uma etapa inicial onde a área de planejamento corporativo em conjunto com o planejamento das casas (SESI/SENAI) fez um levantamento das necessidades comuns das áreas, as quais possuem o mesmo objeto de contratação, eliminando eventual desperdício de material e esforço humano. Destes processos, 29 já foram concluídos e os demais serão concluídos até o final de dezembro de 2015 e início de 2016.
201503990	1.2.1.1	Prorrogação de contratação por dispensa de licitação, decorrente de ausência de planejamento nas aquisições da entidade.	Conforme relatório final do processo concorrência 033/2015 – cartão combustível, em 01 de outubro 2015 (doc.4), a empresa TICKET SERVIÇOS S/A foi sagrada vencedora do certame. (doc. 6) Os contratos já foram formalizados, entretanto, encontram-se aguardando assinatura das partes
201503990	1.2.1.2	Ausência de pesquisas de preços nas compras diretas da entidade.	Com o intuito de evidenciar a prática de pesquisa de preço nas compras diretas, apresentamos amostragem de três (03) (doc. 7) pesquisas de preços realizadas em processos de compras diretas. Também informamos que existe o sistema do Banco de Preços (Doc. 8), ferramenta que utilizamos para pesquisa de preço de mercado que tem sua base atualizada por várias empresas em todo território nacional.
201503990	1.2.2.1	Impossibilidade de avaliação da gestão de compras, em vista de fragilidades nos Sistemas de controle da Instituição, especialmente no que concerne ao recebimento e pagamento de bens e serviços.	No tocante as liberações dos pagamentos referente aos contratos (constatação 2.2.2.1), informamos que todas as medições e respectivos pagamentos são liberadas após recebimento do checklist preenchido e assinado pelo Gestor responsável. Documento em anexo (doc. 9), exemplifica como ocorre o ateste de recebimento do bem/prestação dos serviços. Esta etapa pode ser observada, também, no fluxo da área de Contratos, documento já apresentado no doc.1.
201503990	1.3.1.1	Ausência de prestação de contas de contrato de patrocínio.	O INDI solicitou prorrogação do instrumento contratual, vez que não foi possível concluir o objeto pactuado dentro do interstício inicial estabelecido. Dessa forma, segue, em anexo, 1.º aditivo ao contrato n.º 047/2014, que dilata o

Nº Relatório de Auditoria	Nº da Constatação	Descrição das Recomendações	Síntese do Tratamento adotado pela Entidade
			prazo para a prestação de contas até o dia 15 de maio de 2016. Caso não haja apresentação de prestação de contas dentro do período supracitado, esta Unidade tomará as medidas cabíveis de forma imediata.

Fonte: Auditoria Interna

Nota: Os anexos citados em “Síntese do Tratamento adotado pela Entidade” acompanham o ofício resposta à Controladoria Geral da União – no Estado do Ceará

8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não aplicável à natureza jurídica da Unidade Prestadora de Contas.

8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Não aplicável à natureza jurídica da Unidade Prestadora de Contas.

9. ANEXOS E APÊNDICES

- PC-1 (Quadro Comparativo da Receita Orçada com a Receita Arrecadada - Apresentar o Relatório completo, demonstrando as contas zeradas);
- PC-2 (Quadro Comparativo da Despesa Autorizada com a Despesa Realizada - Apresentar o Relatório completo, demonstrando as contas zeradas);
- Relatório Orçamentário Demonstrativo da Despesa por Programa de Trabalho Detalhadas por Natureza de Gastos – SEPLAN/Centro (valores orçados e realizados);
- Orçamento de Despesas por Período (Centro e Conta);
- Orçamento de Receitas por Período (Conta);
- Parecer da Auditoria Independente;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Social;
- Demonstrações do Balanço Financeiro;
- Demonstrações das Variações Patrimoniais;
- Balanço Orçamentário;
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis SESI.